

pag.  
8

Crescem as resistências à  
transposição do rio São Francisco

pag.  
22

Governo quer retalhar a  
Caixa Econômica Federal

# AGORA

FENAE

# Naufrágio

Privatizações e terceirização afundam o país



# **2º CONGRESSO NACIONAL DE PARTICIPANTES DE FUNDOS DE PENSÃO**



**24, 25 e 26 de maio/2001**

**SESC Venda Nova - Belo Horizonte/MG**

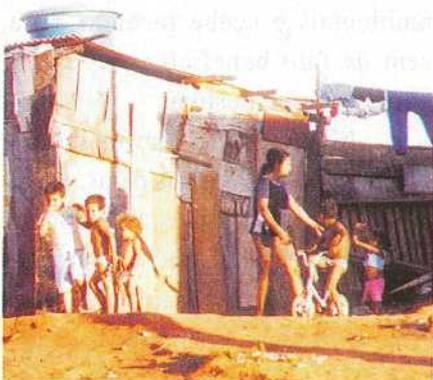
**Informações: [www.sosenior.com/rai/anapar/inilex.litm](http://www.sosenior.com/rai/anapar/inilex.litm)**



**Capa:** Privatizações e terceirização de serviços não levam em conta a vida dos trabalhadores  
**Pág. 14**



A dança mostra a mistura de sons, palavras e ritmos do Brasil  
**Pág. 28**



Governo usa Caixa para ajudar bancos em dificuldade  
**Pág.24**



A dica de turismo desta edição é Campos do Jordão, um pedacinho da Europa no meio do estado de São Paulo  
**Pág. 34**



Reestruturação pode pavimentar caminho para privatizar a Caixa  
**Pág. 22**

# AGORA

- 5 Árvores e solidariedade pela Internet
- 7 Jânio de Freitas aborda a indecisão do leitor entre o denunciamento e a cooptação
- 8 O Brasil se movimenta pelo rio São Francisco
- 12 Projetos patrocinados pelo governo podem diminuir patrimônio dos fundos de pensão
- 21 Fernando Nogueira deseja que todo o Brasil tenha a mesma renda familiar de Brasília
- 27 João Grandão analisa as manobras do governo para evitar a CPI da Corrupção
- 31 Tarik de Souza e a rebeldia dos instrumentais
- 33 O futsal cai no gosto popular

Publicação da FENAE

Federação Nacional das Associações do  
Pessoal da Caixa Econômica Federal

**Administração e redação:**

Setor Comercial Sul, quadra 1, bloco C, n° 30,  
edifício Antônio Venâncio da Silva, 5° andar,  
Brasília/DF, CEP: 70395-900,  
Telefone: (061) 323 7516 - Fax: (061) 226 6402  
Homepage: www.fenae.org.br  
E-mail: fenae@fenae.org.br

**Diretoria executiva**

Presidente:

**Carlos Borges**

Vice-Presidente:

**José Carlos Alonso**

diretor Financeiro:

**Pedro Eugênio Leite**

Diretor de Relações no Trabalho:

**Antônio Bráulio de Carvalho**

Diretor Administrativo:

**Vaumik Ribeiro da Silva**

Diretor de Esportes:

**Jorge Peixoto de Mattos**

Diretora Cultural:

**Aparecida Diniz**

Diretora Primeira Suplente:

**Erika Kokay**

Diretor Emérito:

**Orlando César**

**Conselho Fiscal:**

**Ozair Cataldi**

**Bernadete de Aquino**

**Francisca de Assis da Silva**

**Suplentes:**

**Francisco Astrogildo Cruz**

**José Marcos de Almeida Costa**

**Conselho Deliberativo Nacional:**

Presidente:

**Valmir Gongora**

Vice-Presidente:

**Fernando Sousa de Mello**

Secretário:

**Marcos Aurélio Saraiva**

**Edição e redação:**

**Antônio José Reis, Evandro Peixoto e Marcio**

**Achiles Sardi**

**Colaboradores:**

**Jânio de Freitas, Tárík de Sousa e**

**Fernando Nogueira da Costa**

**Designer e Ilustração:**

**Lisarb Sena de Mello**

**Impressão:**

**Bangraf**

Tiragem desta edição 75 mil exemplares

Os artigos assinados são de responsabilidade dos  
seus autores. As matérias podem ser  
reproduzidas, desde que citada a fonte.

Distribuição gratuita

# Triste fim para o governo do sociólogo FHC

O governo do sociólogo Fernando Henrique Cardoso caminha para um final desalentador. Restando menos da metade do segundo mandato, a modernidade de que tanto se falou e prometeu continua ainda distante da realidade brasileira, sobretudo no que se refere aos valores éticos e ao *modus operandi* da elite dirigente do país.

Corrupção, falta de decoro e impunidade grassam entre os que cercam, os que servem e os que integram os podres poderes da República. Abandono, miséria e violência desgraçam a vida de milhares de cidadãos.

Esse é preço pago por uma pretensa estabilidade econômica, que nunca chega. O patrimônio público nacional foi quase todo vendido e o país continua completamente inseguro. Sem rumo.

O resultado das privatizações, pedra de toque do modelo econômico adotado pelo governo, tem se revelado desastroso para a sociedade e, em particular, para os trabalhadores. Mas o governo acha pouco e promete acelerar as privatizações na área de energia elétrica e em setores que considera de "grande potencial de receita", como o saneamento.

No setor financeiro, o processo também avança. A Caixa Econômica Federal, por exemplo, está sendo preparada para uma eventual

privatização. A idéia de dividi-la em duas empresas - uma lucrativa e outra para ficar com os créditos de difícil recuperação - deixa muito claro esse objetivo.

O governo quer ainda no seu ocaso iniciar um projeto extremamente polêmico e arriscado: a transposição do rio São Francisco. A obra prevê o desvio de 3% das águas do rio, a partir da represa de Sobradinho, para irrigar a região norte do semi-árido nordestino.

O projeto encontra resistências entre políticos da Bahia e Sergipe, assim como entre entidades sociais e sindicais, organizações ambientalistas e religiosas. Teme-se que a transposição,

cujo custo estimado é de R\$ 3,2 bilhões, traga graves impactos ambientais e acabe fazendo água, sem de fato beneficiar as populações a que se destina.

Mas o Brasil tem também o outro lado, o das coisas belas. É palco de danças populares, folclóricas e modernas - um de seus "cartões postais" nessa área é o grupo Corpo, de Belo Horizonte. Tem também Campos de Jordão, "um pedaço de Suíça", que fica a 1.700 metros de altitude, na Serra da Mantiqueira. É pra lá que se dirigem milhares de turistas durante o inverno.



Foto: Divulgação



## Abrem-se as cortinas

Tudo sobre o teatro nacional está em [www.teatrobrasileiro.com.br](http://www.teatrobrasileiro.com.br). O endereço contém os principais espetáculos em todas as regiões do país, informações sobre os profissionais da área, sobre as casas de espetáculo e curiosidades sobre o teatro.

Foto: Divulgação



## Árvores pela rede

A internet permite até que seus usuários plantem uma árvore pela rede com um clique no mouse. A página [www.clickarvore.com.br](http://www.clickarvore.com.br) é uma ferramenta para a recuperação da Mata Atlântica. O projeto, parceria entre a Fundação SOS Mata Atlântica, o Instituto Ambiental Vidágua e a editora Abril, prevê ações em 17 estados.

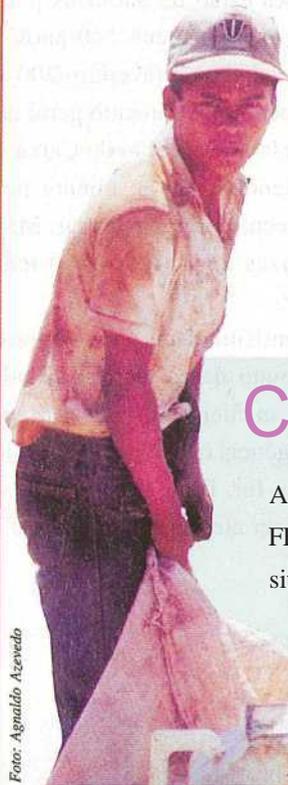


Foto: Agnaldo Azevedo

## Lei social

Jovens advogados estão juntos em diversas campanhas de solidariedade ao redor do mundo. Para saber mais, basta entrar em [www.gregoryrsmith.com/internationalyouthadvocates.html](http://www.gregoryrsmith.com/internationalyouthadvocates.html). São iniciativas pela paz, educação infantil, saúde e educação, entre outras. A página é em inglês.

## Contra a fome

Alguns exemplares da edição número 24 de FENAE AGORA saíram sem o endereço do site [www.clickfome.com.br](http://www.clickfome.com.br). Nesta página, a cada clique, um dos patrocinadores da iniciativa repassa recursos para ações beneficentes. Entre as campanhas beneficiadas, está a Ação da Cidadania.

## Fala sério!

Quem nunca respondeu pesquisa de opinião tem uma página totalmente dedicada a enquetes, [www.diga-me.com.br](http://www.diga-me.com.br), ligada ao portal iG, faz pesquisas sobre todos os assuntos - cidadania, comportamento, educação, economia, esportes, informática, política...

FENAE AGORA: [imprensa1@fenae.org.br](mailto:imprensa1@fenae.org.br)

## Fonte

FENAE AGORA é bastante séria, além de fonte inesgotável de informações sem maquiagem. Resolvi escrever para contar um pouco da realidade do meu município no que diz respeito à educação.

Os professores de Campo Grande do Piauí não têm acesso à conta do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério). Os conselhos escolares são todos compostos por membros que fazem parte do poder público municipal.

As escolas não oferecem merenda a seus alunos e os professores recebem baixos salários. Falta infra-estrutura nas instituições de ensino. A TV Escola não funciona. Os professores, que carecem de capacitação profissional adequada, não são associados a nenhuma entidade sindical. Diante dessa triste realidade, qual o procedimento a ser adotado?

*Elisson João de Sá Carvalho  
Campo Grande do Piauí (PI)*

## Motivação

A Fundação São Benedito da Lapa - Rádio e TV Legendária cumprimenta a FenaE pelas notícias da revista FENAE AGORA. Os assuntos abordados pela publicação são muito relevantes. Em várias oportunidades, temos usados os temas da revista em entrevistas ou debates em programas de rádio.

*Waldir Dalabona  
Lapa (PR)*



## Defesa da Caixa

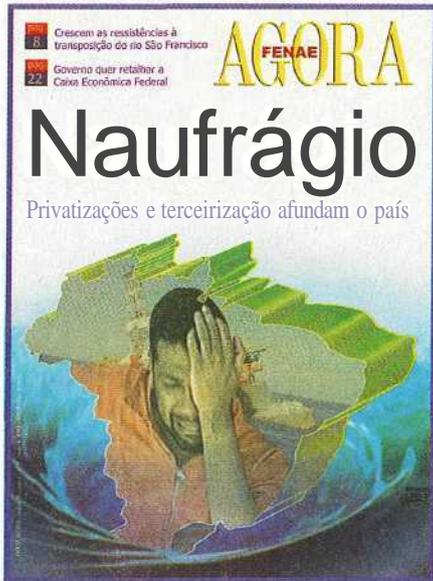
Um e-mail curto e direto chegou à redação da FENAE AGORA. O texto está assinado por uma leitora que não é empregada da Caixa. Eis a mensagem: "Vocês estão de parabéns pela matéria 'Respeitem meus 140 anos', publicada na edição de fevereiro/2001. Ela espelha bem o pensamento geral da população pela preservação da Caixa e pelo bom atendimento ao cliente pelos caixas executivos nas agências. Mas até esses caixas executivos estão tentando acabar.

"Identifiquei-me de imediato com o conteúdo dessa matéria. Realmente, nenhum cliente gosta de ser 'exotado' da agência onde tem conta, seja de que banco for. Eu tenho resistido e insistido em ser atendida pelos caixas".

*Ana Paula  
Porto Alegre (RS)*

Â seção "Dos Leitores" é o espaço de opinião do leitor.

FENAE AGORA se reserva o direito de resumir as cartas, sem prejuízo do conteúdo. As correspondências devem ser devidamente identificadas (assinatura e endereço).



## Qualidade

Sou estudante de Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Buscando informações precisas sobre os problemas sociais no Brasil, foi no exemplar de fevereiro/2001 da FENAE AGORA, com matéria de capa intitulada "Abismo social - menores e idosos estão abandonados", que encontrei um vasto cabedal de informações sobre diversos assuntos. Os temas abordados pela revista de vocês estão sendo de grande valia para o meu curso.

Quero parabenizar toda a equipe da FENAE AGORA. Espero que vocês continuem assim, sempre buscando oferecer o melhor de si aos leitores. Tomei conhecimento da revista por um amigo, que é funcionário da Caixa.

*Nilo Valentim  
São José (SC)*

# Entre dois fogos

**E**ntre as acusações à imprensa nos anos recentes, a de denunciismo propagou-se pelas páginas mesmas dos jornais, particularmente incentivada por alguns colunistas da Folha de S. Paulo. Não seria preciso dizer que são os colunistas identificados com o governo e que mais propagaram, com excitado entusiasmo, as teses do neoliberalismo e as pretensas maravilhas do plano real. (Pretensas maravilhas e o plano me lembraram um remédio muito anunciado em minha infância, Maravilha Purgativa do Dr....", não me lembro do nome do doutor, ainda não era Cardoso nem Malan, mas deixa pra lá).

O jornalismo brasileiro está repleto de deformações graves, muitas delas remanescentes, intocadas ou disfarçadas, do período ditatorial; outras, criações pós-ditadura da confusa concepção de jornalismo, de marketing para mídia e até de leitor. Em lugar de concepção, na frase anterior, pode ser empregada a palavra salada, sem que o sentido sofra e com provável melhoria da precisão.

Nenhuma das inúmeras deformações é discutida, ao que me conste. A menos que o denunciismo seja considerado deformação. Interessante é que o tipo de informação hoje acusado de denunciismo surgiu, precisamente, para combater uma deformação do jornalismo, anterior à ditadura mas nela reforça-



da. Saber das patifarias em geral, sabia-se nas redações e melhor ainda nas direções de jornais, revistas, tvs, rádios e, partes também importantes da mídia, mesas de restaurantes. Mas encarar esses fatos com a ótica do jornalismo, encará-los como notícias necessárias à cidadania, e devidas ao leitor como qualquer outra, isso não.

Feita, porém, a perfuração do muro da conveniência e da conviência, ficou bacana fazer "denúncia". Desde que não fosse contrariando interesses financeiros influentes nem, muito menos, correndo algum risco. Logo estavam alguns adotando o qualificativo de "repórteres investigativos", sem que fossem, de fato, uma coisa nem outra. Tratava-se apenas de dar o ar de "denúncia" ao que não seria mais do que normal, em outras condições. Iniciava-se a era da impostura.

Outro dado curioso, porém, é que as mais fortes acusações às notícias consideradas denúncias partem de quem mais explorou a denominação de "repórter investigativo", com o sentido de repórter de denúncias. Explica-se: a

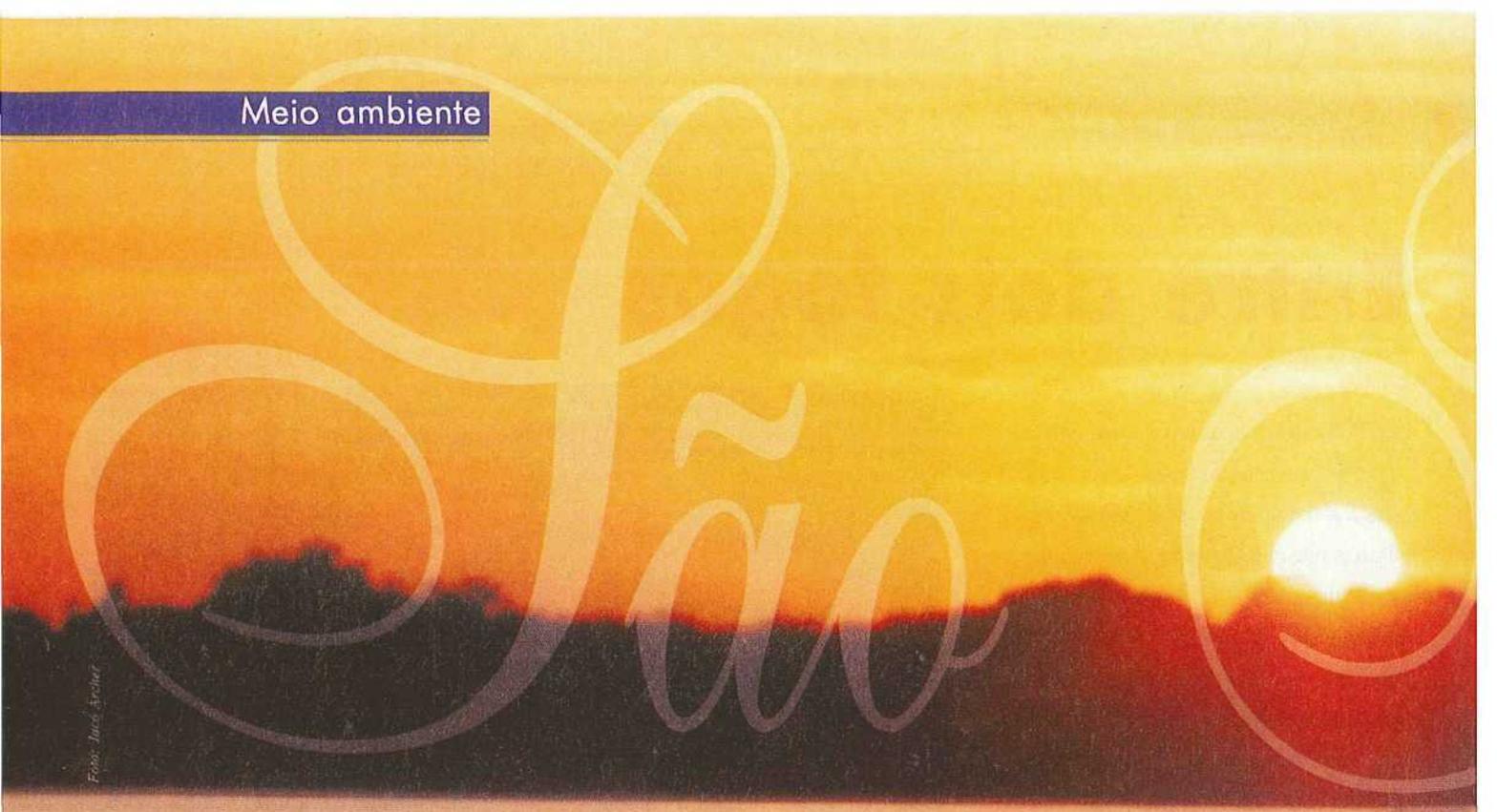
conveniência passar a estar em outra denominação e outra impostura. Trata-se agora de ser "politicamente correto". Nada de denúncias, nada de CPIs, que não passam do desejo de atingir Fernando Henrique Cardoso. Nada de fazer artigos que não disseminem esperanças, confiança na economia, amor pela cidade (tanto faz se São Paulo ou Brasília).

O resultado é que o jornalismo tem que brigar em frentes. Em uma, contra os interesses a que atinge sempre, sejam econômicos ou políticos, e frequentemente são os dois. Na outra, são os confrontos internos, nos quais os "politicamente corretos" não economizam lances até mais baixos do que os originados da frente externa.

Entre as duas frentes, fica o leitor. Sem saber que está no meio do fogo cruzado. E jamais saberá, porque a imprensa não é notícia na imprensa. Não pode permitir que seja. Tem de ser e é, antes de tudo, censora de si mesma.

Jânio de Freitas,

Jornalista



# Divididos pelo Velho Chico

Projeto de transposição do rio São Francisco enfrenta críticas da sociedade

O projeto de transposição das águas do rio São Francisco está dividindo o Nordeste. A proposta do governo prevê o desvio de 3% das águas do rio, a partir da represa de Sobradinho, para irrigar a região norte do semi-árido nordestino. O apoio ao projeto vem principalmente dos estados para onde vai a água dos 2.900 quilômetros do Velho Chico - Piauí, Ceará, Rio Gran-

de do Norte e Paraíba. As lideranças políticas da Bahia e Sergipe são contra a transposição. Mas as maiores críticas são feitas pelos movimentos sociais e sindicais, organizações ambientais e religiosas de todo o Nordeste.

A oposição não decorre dos altos custos do projeto, estimado em até R\$ 3,2 bilhões, sem contar com mais R\$ 4,8 bilhões que devem ser destinados à infra-

estrutura para as áreas que serão irrigadas. Os problemas envolvem questões ambientais, mas de maneira mais profunda a vida das pessoas que, em teoria, deveriam ser beneficiadas pela transposição. Mas que podem acabar prejudicadas.

Roberto Malvezzi, um dos coordenadores da Comissão Pastoral da Terra (CPT), aponta vários buracos na transposição. E não são os furos dos

# Francisco

pontos de irrigação...

"O impacto que o projeto causará na bacia do São Francisco pode piorar uma situação que já é grave", diz ele. O exemplo dado por Malvezzi, que mora às margens do Velho Chico, são os rios secos ou mortos pela ação de agrotóxicos no oeste da Bahia. A região é grande produtora de soja, cultura que depende de irrigação ostensiva.

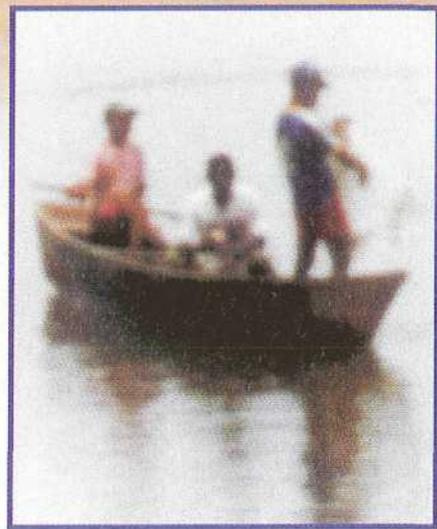
O baiano também critica a pressa do governo federal em tocar adiante a transposição sem estudar outras possibilidades. "Segundo estudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, toda a água que seria transposta já pode ser obtida no próprio semi-árido", afirma Malvezzi. Isso porque o governo federal, atendendo a pressões políticas, já diminuiu as dimensões do projeto. A intenção é transportar 3,3% das águas que passam por Sobradinho, o equivalente a 67,5 metros cúbicos por segundo.

**Projeto do governo se volta apenas para a irrigação**

## Justificativas apresentadas pelo governo federal

O ministro recém-afastado da Integração Nacional, Fernando Bezerra, anunciou que o governo federal vai iniciar a transposição em agosto. A licitação, segundo Bezerra, será finalizada em junho. Quem está trabalhando no projeto agora é o Ministério do Meio Ambiente, na elaboração do relatório de impacto ambiental (Rima), cuja previsão de conclusão era o final de abril.

Antes, o governo realizou audiências públicas nos estados do Nordeste para tentar vender o projeto. Entidades como a CPT, Cáritas Brasileira, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sindicatos de trabalhadores, ONG ambientais e outras têm participado desses eventos e denunciado suas falhas.



Segundo o governo, a obra pode beneficiar 168 cidades nordestinas, onde vivem 8 milhões de pessoas. E, junto à transposição, o governo pretende fazer obras de saneamento e despoluição. "Sem uma obra que leve mais água para o Nordeste no máximo até 2004, as populações podem começar a migrar em massa para outras regiões", anuncia o Ministério da Integração Nacional.

## Os números da seca no semi-árido

O projeto governamental prevê a construção de canais para transferir água do Velho Chico "para os principais vales do interior do Nordeste". O Ministério aponta os efeitos da seca como principal argumento para implantar a transposição: "Em 1998, a seca atingiu 87% da Paraíba, onde vivem 2,2 milhões de pessoas. Em Pernambuco, foram atingidos 127 dos 185 municípios, com 3,1 milhões de habitantes e no Rio Grande do Norte, 1,7 milhão de pessoas foram afetadas, em 94% dos municípios potiguares. A seca alcançou mais de mil municípios. Rebanhos inteiros foram liquidados. Milhares de crianças morreram - 50 mil por ano. São esses os efeitos devastadores que, a cada período de seca, assolam o Nordeste brasileiro."

Além disso, a perspectiva é criar um milhão de empregos.

## Os perigos da transposição para a vida do rio

Mas o ativista Roberto Malvezzi volta a apontar que projetos de desenvolvimento sustentável no Nordeste podem resolver o problema da seca sem a necessidade da transposição. Além disso, o presidente do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), Augusto Athayde, já declarou que esse projeto pode matar o rio ou, no mínimo, inviabilizar a irrigação em Minas Gerais, Pernambuco e Bahia. Para ele, o rio São Francisco já dá sinais de enfraquecimento por conta da ação humana e do desmatamento em suas margens. Hoje isso já pode ser sentido nas grandes

barragens, como Paulo Afonso, Sobradinho e Três Marias, cujo nível está muito baixo.

À mesma constatação chegou a Fundação Joaquim Nabuco, ligada ao governo. "O São Francisco já está com as suas águas comprometidas na geração de energia e na irrigação", aponta o engenheiro João Suassuna, pesquisador do órgão. "Certamente, não iremos ter água suficiente para gerar energia, irrigar e abastecer as cidades do semi-árido nordestino conforme se está pretendendo". Suassuna é autor de vários estudos sobre a transposição do rio.

Ele também apresenta soluções alternativas para resolver o problema da água nas regiões mais secas do Nordeste. "Os



## Depois do ataque ao rio, é a vez do racionamento

"Ontem faltou água, anteontem faltou luz"

(Renato Russo)

De um lado enchentes, de outro seca e racionamento. Isso sempre aconteceu. Agora, chuva e racionamento ao mesmo tempo? A população do Sudeste não está entendendo a crise de energia que está sendo anunciada pelo governo federal.

Realmente, os índices de chuva em janeiro e fevereiro deste ano foram os menores desde 1996. Mas pesquisadores e especialistas da área revelam que um ano apenas de estiagem não é suficiente para provocar redução do volume de água usada na movimentação de hidrelétricas. As usinas são projetadas para acumular água por até cinco anos.

Roberto Araújo, do Ilumina (Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Elétrico), afirmou,

em recente entrevista ao jornal Folha de São Paulo, que o volume da hidrelétrica de Furnas poderia estar maior se houvesse planejamento. Na mesma ocasião, o professor Carlos Martinez, da Universidade Federal de Minas Gerais, observou que "não houve investimento no setor elétrico na última década". Ele reconhece, no entanto, que a falta de chuva tem sua parcela de culpa.

O governo federal não se preocupou em investir no setor elétrico. Ao contrário, privatizou as geradoras e distribuidoras de energia. Com isso, a escassez de água acaba potencializada pelo iminente racionamento de energia. Aí não adianta cantar o verso de Renato Russo.



programas demoram para serem concebidos e executados, e o nordestino não tem à sua disposição a variável tempo", alerta o engenheiro.

Entre suas sugestões, está a criação de um orçamento de água, que iria definir a quantidade do produto para uso humano e animal; irrigação na bacia; geração de energia elétrica; transposição para outras bacias; para a indústria, entre outros fins.

Suassuna também sugere a construção de grandes represas na re-

gião. Fala ainda sobre cisternas rurais para a captação de água da chuva. Cita, com reservas, a retirada de água do subsolo. E levanta a possibilidade de transpor água de outras bacias hidrográficas.

Além disso, a transposição é uma solução que só terá efeitos a médio e longo prazo. "Não se pode esperar, uma vez tomada a decisão de utilizar a água do São

Francisco, que essa água chegue aos que habitam o semi-árido, no dia seguinte. A população morrerá de sede com antecedência", acrescenta o pesquisador. 

**Soluções  
passam pelo  
crescimento  
sustentável  
da região**



Foto: Augusto Reis

Mudanças no sistema de previdência complementar geram apreensão entre os participantes dos fundos de pensão

# Patrimônio ameaçado

Meta do governo para os fundos de pensão é beneficiar bancos privados

O potencial de crescimento do maior canal de poupança interna de que dispõe a economia brasileira esteve na berlinda, no final de abril, quando a Câmara dos Deputados aprovou mudanças na legislação do sistema de previdência complementar. Na apreciação ao projeto de lei complementar (PLC) 10/99, que dispõe de forma geral sobre o funcionamento dos fundos de pensão, os deputados aprovaram duas e

rejeitaram uma das três emendas do Senado. Esse projeto, depois de sua redação final ter sido aprovada, segue agora para a sanção do presidente Fernando Henrique Cardoso.

O tiro do governo federal, que exigia que os candidatos aos cargos de diretoria-executiva dos fundos de pensão não tivessem vínculo empregatício com os patrocinadores, saiu pela culatra. A derrota calou fundo na Secretaria de Previ-

dência Complementar (SPC), que originalmente defendia a completa profissionalização do comando dos fundos de pensão. Com isso fica mantido o princípio da gestão paritária nessas entidades.

Duas outras emendas ao PLC 10/99 foram aprovadas pela Câmara: a que estabelece a figura da portabilidade para o sistema de Previdência complementar e a que autoriza o participante a transferir

recursos de um plano de entidade aberta para outro de entidade fechada e vice-versa. No caso da regra da portabilidade, o participante do fundo de pensão vai poder levar sua parte e a da empresa, sem tributação, caso se demita ou seja demitido. Os maiores beneficiados com essa transferência serão seguradoras e bancos privados. Outro risco é da medida acabar com a garantia e a segurança na forma que os fundos de pensão são organizados, abrindo a possibilidade para fraudes por parte de administradoras de Previdência complementar aberta.

O PLC 8/99, que trata da relação entre a União, os estados, o Distrito Federal, os municípios e outras entidades públicas com seus respectivos fundos de pensão, também foi aprovado pelos deputados. Entre outras coisas, o texto proíbe que os fundos de pensão ligados a empresas estatais exerçam controle sobre outras empresas sem autorização prévia de seus patrocinadores.

Algumas dessas mudanças foram alvos de críticas do advogado Adacir Reis, presidente do Instituto San Tiago Dantas de Estudos Jurídicos e Econômicos. Em recente artigo na Gazeta Mercantil, Reis diz que as novas regras para o sistema de previdência complementar estão "impregnadas do vício ibérico pelo qual só o Estado, autoritário e onipresente, tem razão e discernimento".

## Isonomia protegida pela Constituição vai para o ralo

Outra faceta do desmonte do atual modelo de Previdência complementar no Brasil é o decreto 3.721/01, que prorroga a idade mínima para a complementação da aposentadoria. Pesa contra esse decreto o fato de ele ferir o princípio de isonomia protegido pela Constituição, com a quebra de contratos e a negação de direitos adquiridos. Por esse decreto, que começa a vigorar a partir de julho, a idade mínima que era de 55 anos passa para 60 anos para os planos de contribuição definida e para 65 anos nos planos de benefício definido, seguindo uma tabela progressiva que aumenta a idade seis meses a cada ano, até 2010 (sistema de contribuição definida) e até 2020 (sistema de benefício definido).

No caso específico da Funcef, o decreto 3.721 pavimenta o caminho da migração dos associados do Replan para o REB. Para impedir que esse golpe contra os direitos dos em-

pregados se concretize, a Fenae impetrou mandado de segurança coletivo em nome dos associados. O objetivo é evitar que a diretoria da fundação adapte seu regulamento à nova exigência. Precedente com esse caráter, aliás, já foi aberto pelos trabalhadores do Basa e Banco do Brasil, que conquistaram liminar na Justiça Federal impedindo a aplicação do decreto da idade mínima contra os associados da Previ e do Sindicato dos Bancários do Pará e Amapá.

Na opinião de Carlos Caser, diretor da Confederação Nacional dos Bancários (CNB-CUT), o decreto 3.721 vai afetar - da maneira mais negativa possível -

todos os associados da Funcef. Ele afirma que até o pessoal que ingressou na fundação antes de 1978, quando não existia a exigência da idade mínima, vai levar a pior.

Com esse decreto, a previsão é de que haja uma redução de 3,6% ao ano no patrimônio da Funcef, apesar dos dirigentes da fundação alardearem aos quatro ventos que a medida vai gerar um superávit de R\$ 2 bilhões em suas contas. O resultado disso, com certeza, vai ser a instabilidade e a desconfiança.

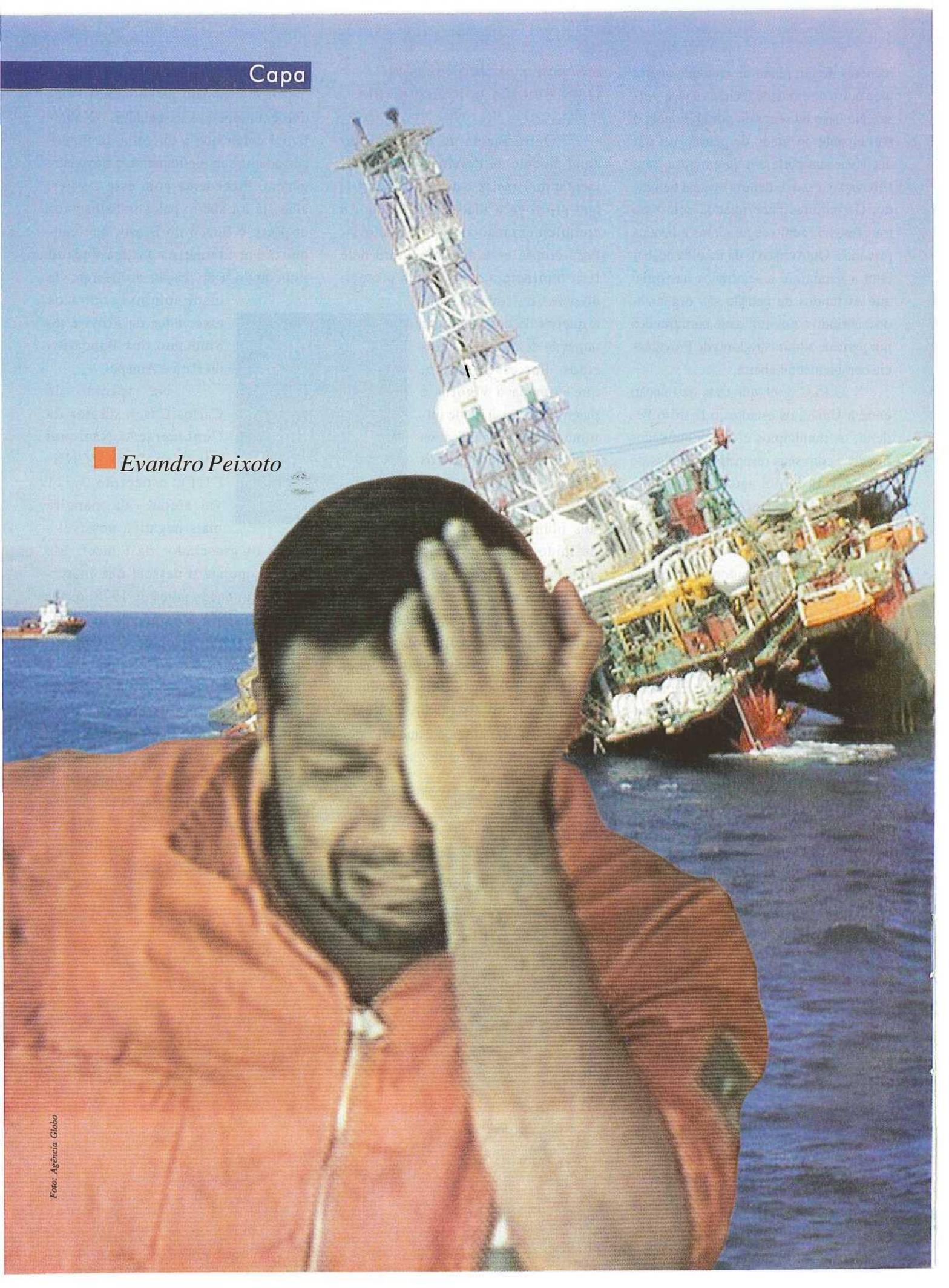
Funcef pode  
perder 3,6%  
de seu  
patrimônio  
ao ano

Foto: Divulgação

No caso da Funcef, o decreto 3.721 pavimenta o caminho da migração dos associados da Replan para o REB

Capa

■ *Evandro Peixoto*





# A vida pelo trabalho

Trabalhar é preciso. E viver é a razão maior da labuta diária. Só que a lógica das privatizações e da terceirização de serviços é outra

**A** imagem da plataforma P-36 da Petrobras indo para o fundo do mar, levando junto os corpos de nove trabalhadores, é daquelas que deixam na boca o gosto amargo do protesto que não saiu a tempo. Na tela da TV ou estampada em jornais e revistas, criou uma sensação de impotência coletiva diante da tragédia. E fez ressurgir no nosso inconsciente aquele velho estigma de que vivemos em um país fadado ao fracasso, como se a P-36 fosse o próprio Brasil afundando.

As privatizações, a quebra do mo-

nopólio da Petrobras e o desmonte de estatais centenárias, como o que vem sendo feito na Caixa Econômica Federal, contrastam com a modernização apregoada pelo governo FHC. São processos marcados por escândalos, por prejuízos fabulosos e pela ausência de fiscalização por parte do poder público. No lugar da tão propalada eficiência do setor privado e da tão esperada melhoria na qualidade dos serviços, trouxeram apagões, linhas cruzadas, ruídos, acidentes no trabalho, mortes, racionamentos, aumentos de tarifas e prejuízos de toda natureza para a sociedade.

## Tragédia foi fruto da negligência da Petrobras

Só no acidente com a P-36 morreram 11 trabalhadores. Nove ficaram presos nas ferragens e foram para o fundo do mar. Outros dois morreram depois de serem resgatados. Eles perderam suas vidas tentando controlar o fogo causado por explosões em uma das colunas de sustentação da plataforma.

O que não poderíamos supor é que esse drama que chocou o país acabaria se revelando uma tragédia anunciada. Mas não tardou para que ficasse evidente a negligência da empresa com a segurança dos trabalhadores.

Uma semana depois ficou comprovado que a cúpula da Petrobras tinha conhecimento de problemas operacionais na plataforma. Três dias antes das explosões, foram enviados da P-36 à base de operações em terra boletins que acusavam alterações no sistema de ventilação e apontavam a necessidade de substituir equipamentos, o que exigiria uma parada na produção. As informações foram ignoradas, mas logo após o acidente foram retiradas da rede interna de computadores e mantidas em sigilo. O fato só veio a público porque foi constatado pela Federação Única dos Petroleiros (FUP).

O acidente revelou ainda que a P-36 operava em condições precárias, com parte dos equipamentos sem funcionar. Ela nasceu para ser uma plataforma de perfuração e, após chegar ao Brasil, foi transformada em plataforma de produção, com o triplo da capacidade de operação. Além de ter sido recebida pela Petrobras sem equipamentos essenciais, foi denunciada por petroleiros a existência na plataforma de depósitos com peças importantes para o seu funcionamento normal.

A Petrobras pode vir a ter que arcar com o prejuízo de cerca de US\$ 500 milhões por conta do naufrágio da P-36. As seguradoras tentam se esquivar do ônus alegando que a empresa tinha conheci-



mento dos problemas com a plataforma e não as avisou, o que caracterizaria quebra de contrato. Além de correr o risco de perder o investimento feito na P-36, a Petrobras sofrerá uma queda na sua produção da ordem de 80 mil barris de óleo por dia, cujo custo estimado para a balança comercial chega a US\$ 600 milhões.

### Acidentes se intensificaram com as terceirizações

De acordo com os levantamentos da FUP, só nos últimos 15 meses, 99 acidentes relevantes ocorreram nas unidades da Petrobras, sendo 18 deles fatais. Nos últimos três anos, 93 trabalhadores perderam a vida em acidentes nas unidades da empresa. Destas vítimas, 67 eram petroleiros de empresas prestadoras de serviço.

Desde o dia 15 de março, data das explosões na P-36, até meados de abril, ocorreram outros dois acidentes com mortes em unidades da Petrobras em Sergipe.

As duas vítimas eram petroleiros de empresas terceirizadas. No mesmo período, foram registrados mais quatro acidentes sem mortes, três deles também envolvendo petroleiros terceirizados. Na avaliação da FUP, esses profissionais continuam sendo as principais vítimas dos acidentes na estatal, por não contarem com as mesmas condições de trabalho e segurança dos trabalhadores diretos da Petrobras. "Ainda assim - diz a representação dos trabalhadores - a direção da empresa insiste em não reconhecê-los como petroleiros".

O quadro de trabalhadores efetivos da Petrobras foi reduzido quase pela metade na última década. Dos 62 mil petroleiros existentes no início dos anos 90, restam hoje apenas 34 mil. A empresa conta atualmente com 100 mil trabalhadores de empresas prestadoras de serviços, a maioria desqualificada para atuar na indústria do petróleo. A terceirização dá-se, inclusive, nas atividades de risco, como a manutenção e a operação.

## Acidentes e mortes também no setor elétrico

As privatizações no setor elétrico começaram em 1995, com a venda da central elétrica do Espírito Santo, a Ecelsa. Em seguida houve o leilão da Light, do Rio de Janeiro, com grande repercussão em todo o país. Em São Paulo, o processo foi impulsionado a partir da venda da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), em 1997. Hoje, todas as distribuidoras federais e estaduais de energia já estão privatizadas. E 20% da geração também já está nas mãos de empresas privadas.

Nas privatizações do setor elétrico prevaleceu a estratégia de dividir as empresas, facilitando assim a realização dos leilões. Tanto nas fases anteriores como posteriores às vendas, tem ocorrido também uma acelerada e ampla terceirização de serviços. A consequência imediata disso, segundo Arthur Henrique Santos, secretário geral do Sinergia (Sindicato dos Trabalhadores em Energia do Estado de São Paulo), é uma redução drástica no quadro de pessoal dessas empresas, seguida de queda acentuada na qualidade dos serviços, pelo

despreparo do pessoal terceirizado.

A substituição de profissionais por trabalhadores sem a devida capacitação para as tarefas a eles atribuídas representa ainda risco de vida para muitos. O trabalhador terceirizado está sujeito a cometer erros que podem ser fatais, o que, aliás, tem acontecido com frequência. Esse fato é comprovado com os dados do Sindeletrô (Sindicato dos Eletricistas do Ceará). Segundo o presidente da entidade, Flávio Uchôa, depois da privatização da Coelce (Companhia Energética do Ceará), em abril de 98, os acidentes com vítimas fatais na empresa tornaram-se rotineiros e atingiram números alarmantes.

De 90 a 98, a média de mortes por acidente no trabalho era de 1,2 ao ano. Em 99, foram registrados 11 casos, a maioria por descarga elétrica. Em 2000

ocorreram outros sete e este ano (até o final de março) já foram dois. Uchôa destaca ainda alguns casos em que os próprios usuários são as vítimas fatais ou sofrem lesões graves por conta de acidentes provocados pela falta de manutenção. Segundo ele, tem sido frequente, por exemplo, a queda de linhas alta tensão. Os danos materiais são

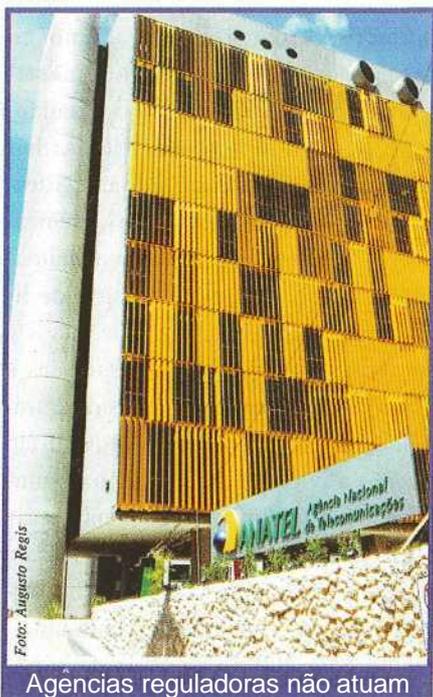
inúmeros e os prejuízos, como no caso de queima de eletrodomésticos, acabam ficando para o cidadão.

Conforme explica Arthur Henrique, do Sinergia-SP, antes desse processo de terceirização desenfreada, o trabalhador da área de manutenção permanecia como eletricitista de linha morta entre quatro e cinco anos e só depois ia para linhas energizadas e plantões de emergência. "Agora, o trabalhador terceirizado está indo direto para as atividades de alto risco, muitas vezes sem qualquer treinamento", diz ele. Nesse aspecto, a Coelce retrata também o que vem ocorrendo no restante do país. A empresa conta atualmente com 200 prestadoras de serviços, sendo 100 delas nas atividades-fim, onde deveriam atuar apenas profissionais devidamente treinados e com larga experiência. Três anos antes da privatização, o seu quadro próprio contava com 3.850 profissionais. Quando ocorreu o leilão, em abril de 98, já havia caído para 2.850. Até o final daquele ano foram demitidos outros 1.000 trabalhadores. Em 2000 saíram mais quatrocentos e nos três primeiros meses deste ano o número de demissões chegou a 60. A Coelce tem hoje 1.500 empregados, contra 3.000 terceirizados.

Terceirização  
é adotada  
antes e  
depois das  
privatizações



Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara Federal convoca representantes da Aneel e da Coelce para audiência pública, no dia 11 de abril



Agências reguladoras não atuam

### **"Desgraça pouca é bobagem"**

Essa máxima do imaginário popular, ao que parece, foi definitivamente incorporada pelo Palácio do Planalto. Ao invés de tentar reverter os efeitos desastrosos de sua política de destruição das estatais, sobretudo em setores estratégicos como o de geração e distribuição de energia, o governo federal mostra-se determinado a seguir adiante.

No dia oito de março, foram estabelecidas as metas para os dois últimos anos do mandato de FHC, entre as quais destaca-se a privatização das três grandes geradoras federais de energia - Furnas, Chesf e Eletronorte. De acordo com informação dada pela Gazeta Mercantil, "o governo decidiu acelerar as privatizações não apenas na área de energia elétrica, mas também nos demais setores com grande potencial de receita, como o de saneamento".

Essa investida final contra o que resta de controle público no setor elétrico coincide com a forte crise no fornecimento de energia que colocou o país em estado de alerta a par-

tir do início deste ano.

Os apagões e o racionamento ameaçam, sobretudo, as regiões Sudeste, Centro-Oeste e parte do Nordeste.

O governo tenta justificar a situação jogando a culpa em São Pedro. Diz que a falta de chuva é que trouxe esse problema. Mas na opinião do professor Luiz Pinguelli Rosa, da Coppe (Coordenação de Pós-Graduação da Engenharia), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a queda no abastecimento deve-se à falta de investimento na geração e transmissão de energia. Em artigo publicado na Folha de São Paulo no dia 29 de março, ele faz a seguinte observação: "O apagão de março de 1999 foi um aviso de que o risco de déficit ficou insuportável. A privatização paralisou os investimentos das empresas elétricas estatais que poderiam investir e alavancar recursos".

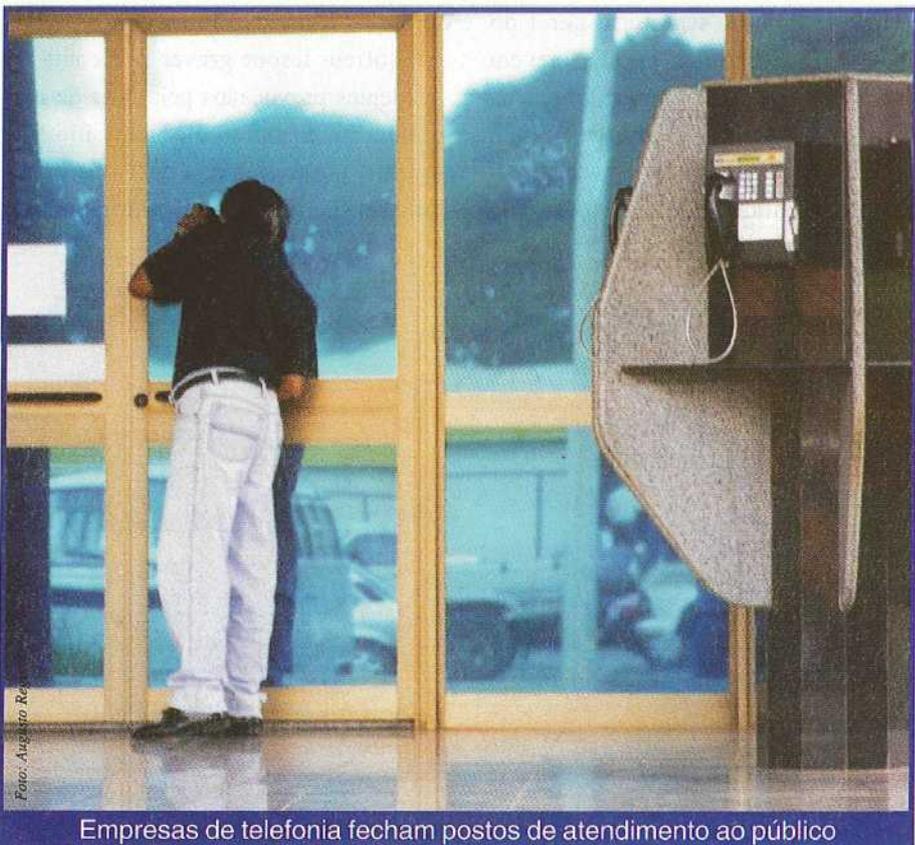
São Pedro  
não é  
culpado por  
racionamento  
de energia

Arthur Henrique, do Sinergia-SP, também destaca o fator privatização como responsável pela falta de investimentos no setor. A seu ver, além de paralisar os investimentos por parte das empresas que ainda são estatais, "o governo não teve capacidade nem vontade para fiscalizar as empresas privatizadas e assegurar que as mesmas fizessem os investimentos necessários à expansão dos serviços". O fato de São Pedro ter

trancado as torneiras teria sido apenas a gota d'água que faltava para "colocar em risco o sistema e provocar desabastecimento e racionamento".

De fato, um ano de escassez de chuvas não pode ser o único e tampouco o principal motivo para o país

atravessar uma crise de energia. Isso porque os reservatórios, conforme sustentam os técnicos do setor, foram projetados para acumular água por até cinco anos, já prevendo estiagens.



Empresas de telefonia fecham postos de atendimento ao público

## Instituto constata desrespeito ao consumidor

Maria Inês Dolci, da equipe de Coordenação de Serviços Públicos do Idec (Instituto de Defesa do Consumidor de São Paulo), acrescenta um ingrediente no rol de desventuras experimentadas pela sociedade com as privatizações: o desrespeito ao consumidor. Segundo ela, continua existindo a figura do "consumidor cativo", tanto no setor elétrico como no de telefonia. Isso porque as empresas não enfrentam concorrência nem fiscalização.

A concorrência, para segurar o preço das tarifas e melhorar a qualidade dos serviços, foi um dos principais enfoques do discurso em favor das privatizações. Mas, como bem disse certo dia um filósofo qualquer, depois de ter sido recebido em Palácio, possivelmente por um presidente sociólogo, "na prática, a teoria é outra". Pelos levantamentos do Idec, houve um aumento de tarifas telefônicas de 2.100% no período anterior às privatizações (entre 96 e 98), mas as empresas que entraram para o setor não se deram por satisfeitas e subiram mais 1.000% de lá pra cá. Isso, com a anuência da Anatei (Agência Nacional de Telecomunicações), criada pelo governo para exercer a fiscalização e coibir abusos.

O fato é que está tudo dominado. Maria Inês diz, por exemplo, que no setor elétrico quem define o critério de quem se enquadra como consumidor de baixa renda, com direito à isenção de tarifas, são as próprias empresas. Com isso, parcela significativa de consumidores vive um processo de exclusão. Quem a empresa diz que é obrigado a pagar e não tem meios para isso passa a ser considerado inadimplente e sofre o corte dos serviços. Também o chamado "efeito cascata", que deveria beneficiar quem gasta menos, está sendo aplicado às avessas. Quem gasta mais é que está pagando menos.



Resistência à privatização do Banespa durou mais de cinco anos

No caso da telefonia, além de ser desconectado, o consumidor tem também o nome incluído no SPC (Serviço de Proteção ao Crédito) e no Serasa (Serviço de Assessoria aos Bancos). De acordo com informação fornecida pela própria Telefônica ao Idec, no segundo semestre de 2000 o número de consumidores de São Paulo com o nome no SPC e no Serasa já havia chegado a 20 mil.

O que se verifica é que o poder público sempre sai de cena para deixar o caminho livre para a farra daqueles que adquiriram as estatais. Na avaliação de Maria Inês, as agências reguladoras (Anatei e Aneel) não têm real poder de fiscalização. Deveriam executar políticas públicas e também não o fazem, pelo simples fato de que "não há políticas públicas".

## Sistema financeiro público é desmontado

Fernando Henrique Cardoso, em seus dois mandatos, promoveu uma profunda alteração no sistema financeiro público do país. Com privatizações, segregações e intensa terceirização de serviços, vem eliminando, desmontando e desfigurando

do instituições centenárias erguidas pela sociedade brasileira. Para o Fundo Monetário Internacional (FMI), ótimo. É isso o que foi determinado. Só falta avançar um pouco mais.

A maioria dos bancos estaduais já foi a leilão. E depois da entrega do Banespa, símbolo de resistência nesse processo, vender a meia dúzia que resta será relativamente simples.

Na esfera federal, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o Banco da Amazônia (Basa), que são regionais, já tiveram o campo de ação e o papel extremamente reduzidos. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tornou-se agente promotor das privatizações. E o Banco do Brasil está sendo moldado à imagem e semelhança de uma instituição privada, em que o fomento à agricultura e às demais ações de desenvolvimento econômico e social são secundarizadas, em função do lucro fácil em operações comerciais e na especulação financeira.

A Caixa Econômica Federal, por sua vez, vive um momento de turbulência, com um processo de transformações radicais em andamento. O governo está jogando pesado no seu

desmonte. O mais recente ataque contra a instituição é a proposta de cisão tornada pública pela imprensa. O objetivo é transformá-la em duas empresas: uma lucrativa, para prestar serviços financeiros; outra para absorver o que se convencionou chamar de "massa velha", um eufemismo que esconde algo que se pretende fazer por vias transversas: pôr fim ao papel social da Caixa (leia mais sobre o assunto na **pág. 22**).

O desmanche do sistema financeiro traz conseqüências danosas para o cidadão. O corte drástico nos quadros de funcionários e o aumento vertiginoso da terceirização dos serviços geram transtornos e riscos ao usuário. Na Caixa isso é ainda mais compli-

cado, pois a empresa sempre ofereceu atendimento a uma clientela excluída dos demais bancos, a de baixa renda. E, agora, essa gente está sendo enxotada também dos balcões dessa instituição. O atendimento antes feito nos guichês foi transferido para os terminais de auto-atendimento e para as unidades lotéricas, onde a segurança do usuário e o sigilo das operações que realizam não estão garantidos.

Nem mesmo os idosos foram poupados nos procedimentos adotados pela Caixa. Ficam também expostos ao risco de assaltos e na mão do pessoal terceirizado, que não tem o treinamento adequado para atendê-los.

## Proposta de divisão da Caixa é complemento do desmonte

### Empregados efetivos e não-efetivos na Caixa Econômica Federal

*Não-efetivos inclui prestadores de serviços, estagiários, menores e outros*



#### Números absolutos

	Bancários	Não-efetivos	Total
31/12/94	64.417	47.776	112.193
31/12/95	63.423	36.443	99.866
31/12/96	59.260	41.392	100.652
31/12/97	55.529	40.771	96.300
31/12/98	54.438	39.827	94.265
31/03/00	55.365	42.410	97.775
30/06/00	55.292	44.231	99.523
31/08/00	55.891	45.536	101.427
28/02/01	54.548	46.699	101.247

#### Números relativos

	Bancários	Não-efetivos	Total
31/12/94	57%	43%	100%
31/12/95	64%	36%	100%
31/12/96	59%	41%	100%
31/12/97	58%	42%	100%
31/12/98	58%	42%	100%
31/03/00	57%	43%	100%
30/06/00	56%	44%	100%
31/08/00	55%	45%	100%
28/02/01	54%	46%	100%

#### Variação

	Bancários	Não-efetivos	Total
2001/1994	-15,32%	-2,25%	-9,76%
2001/1995	-13,99%	28,14%	1,38%

Fonte: Caixa, Banco Central  
Elaboração: Dieese, subseção Fenae



Além da falta de segurança no auto-atendimento, a Caixa não oferece tratamento adequado aos idosos

# Se o Brasil fosse Brasília...

**O**s brasilienses do Plano Piloto já estão mais próximos da sede do poder central brasileiro.

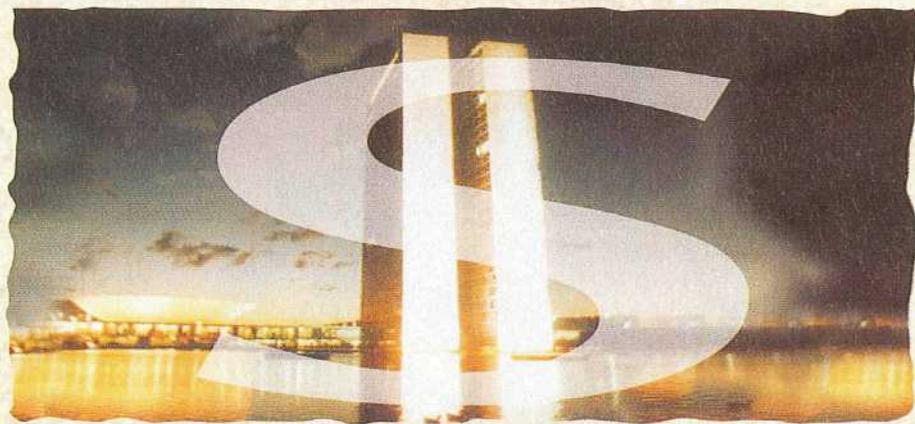
Pesquisa da FGV, realizada em 1999/2000, revela que o Plano Piloto de Brasília tem a maior renda familiar média (23,8 salários mínimos) entre as 12 capitais pesquisadas. Mas não é só isso. Ele possui também a melhor distribuição de renda. Fortaleza é a pior nesse aspecto.

Somente 3% das famílias que residem na área onde concentram os mais ricos da cidade recebem em média menos de cinco salários mínimos, mensalmente. Abaixo desse patamar estão 63% das famílias de Salvador, 56% das de Goiânia, 54% das de Fortaleza. Contrastando com as rendas das famílias pobres, 10,8% das famílias no Plano Piloto de Brasília e menos de 3% nas outras capitais recebem mais de 43 salários mínimos por mês.

O problema não é de concentração regional da geração da renda, mas da sua apropriação. As elites regionais concentram a riqueza patrimonial; as de Brasília, a proximidade do poder. Ambas recebem seus dividendos.

Simplificando a questão, a explicação dada, por economistas neoliberais, para a terrível desigualdade na distribuição de renda no Brasil é, exclusivamente, relacionada à educação.

Se a força de trabalho fosse homoganeamente bem educada, como ocorre em países desenvolvidos, tenderia-se a congestionar os postos de trabalhos



mais qualificados, enquanto que os menos qualificados poderiam sofrer escassez de mão-de-obra. Isto significaria uma pressão para baixo nos salários mais altos e para cima nos salários mais baixos. O efeito seria extremamente redistributivo de renda.

Evidentemente, só mudanças no perfil da oferta e da demanda da força de trabalho não acabariam com a desigualdade. Há "falhas" no funcionamento do mercado de trabalho, ou seja, aspectos institucionais, entre os quais a repressão ou a desmobilização sindical, a legislação que não permite a reposição do total das perdas de poder de compra dos salários, inclusive no funcionalismo público, as hierarquias organizacionais.

Países com melhores distribuições de renda conquistaram-nas com lutas sociais, desde o violento sindicalismo de resultados norte-americano, passando pelo ideológico sindicalismo social-democrata europeu, até as revoluções totalitárias do leste-europeu e da Ásia. Daí, a menor desigualdade educacional foi uma consequência de política pública e não de lei do mercado, como

sugerem os economistas neoliberais.

É necessário, mas não é suficiente a manutenção de políticas voltadas para o atendimento das necessidades dos mais pobres, como educação, saúde, nutrição e saneamento. Tem de se capacitar o Estado, via um tributação progressiva recaindo sobre os mais afortunados, mas não para pagar juros e benesses do poder aos mesmos. Há de se aprimorar a supervisão e a eficiência do gasto social. Para isso é indispensável democratizar as instituições: justiça, contratos, sindicatos, partidos, mídia etc. Em outros termos, a segregação social brasileira somente poderá se alterar com uma autêntica participação política popular. Seus representantes terão de conseguir, repetidamente, assumir de maneira democrática o poder, para dar prioridade às políticas redistributivas dos benefícios do crescimento.

## Fernando Nogueira da Costa Economista

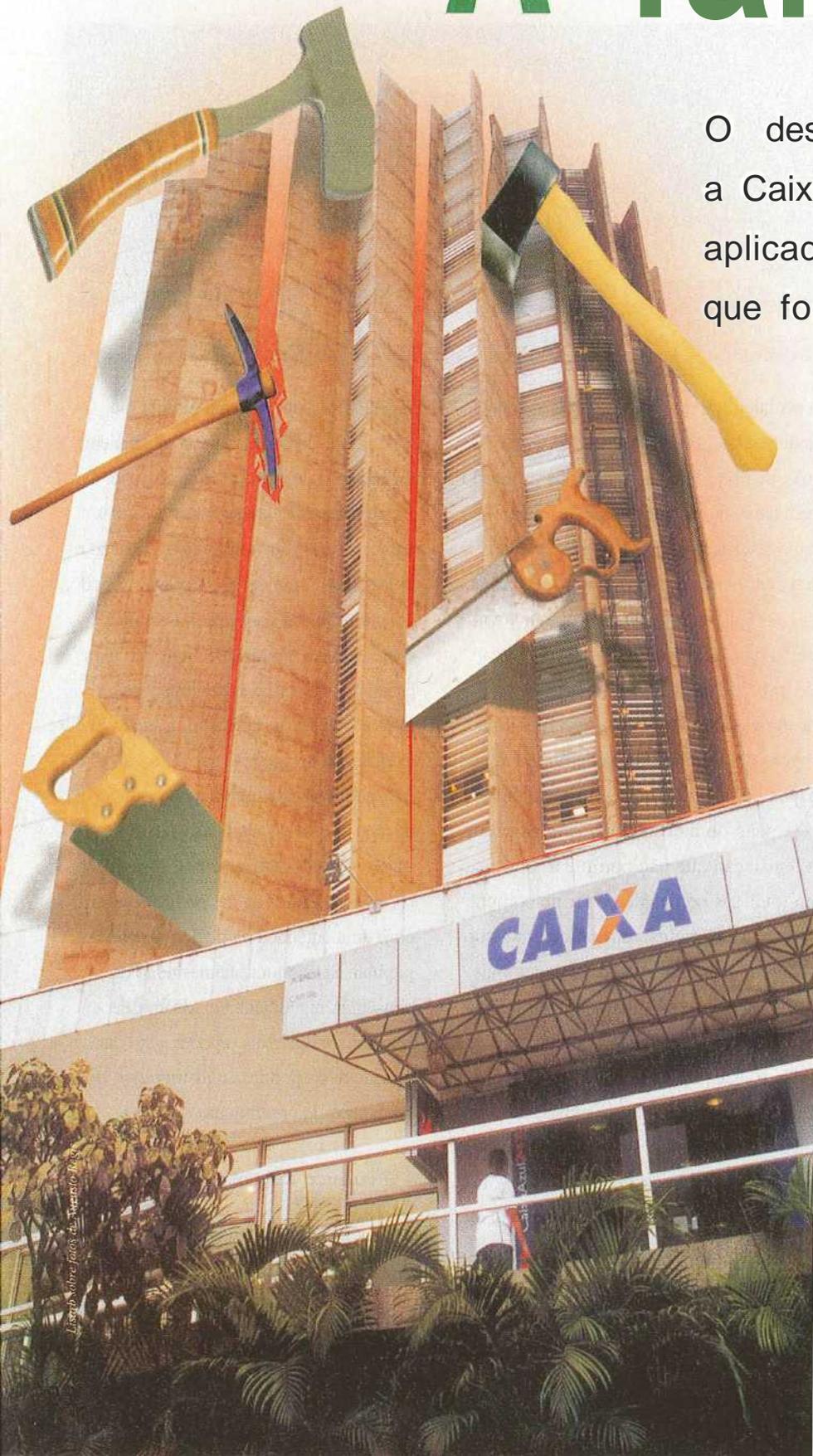
Professor Associado do IE-UNICAMP, 49. Coordenador da Área de Economia da FAPESP. Autor dos livros "Economia em 10 Lições" e "Economia Monetária e Financeira: Uma Abordagem Pluralista".  
Email: fercos@eco.unicamp.br.

# A farsa da

O desenho pensado para a Caixa é semelhante ao aplicado nos bancos públicos que foram privatizados

Nada mais antigo do que a chamada "modernidade" representada pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Essa constatação, repetidas muitas vezes, a cada dia que passa, aplica-se a praticamente todas as instâncias da vida política, social e econômica do Brasil. A política de reestruturação que a direção da Caixa (gestão Emílio Carazzai) e o governo federal estudam para a empresa não é exceção. Prova disso é o plano para dividir em duas partes a centenária Caixa Econômica Federal, anunciado com pompa logo após os festejos da Páscoa.

A cartada ousada para retalhar a Caixa ao meio prevê deixar entre os ativos da empresa apenas a parte comercial (a que administra o dinheiro dos clientes, conta-correntes, poupanças e aplicações financeiras) e os contratos regidos pelo SFI (Sistema Financeiro Imobiliário). O resto, que soma aproximadamente R\$ 54 bilhões em créditos ruins, seria transferido a uma nova empresa, não-financeira, cuja principal função seria administrar os contratos e tentar recuperar o dinheiro. Na conversa recente que manteve com um grupo de parlamenta-



# reestruturação

res, em Brasília, o secretário do Tesouro Nacional, Fábio Oliveira Barbosa, disse que a eventual cisão da Caixa nada tem a ver com o relatório da consultoria internacional Booz Allen & Hamilton, que trata da reestruturação dos bancos públicos federais. Ele afirmou na ocasião - 18 de abril -, que o assunto se restringe a uma situação específica da Caixa, que precisa adequar seu patrimônio às normas do Banco Central.

Está cada vez mais difícil acreditar na versão oficial. No decorrer dos últimos quatro anos, as armadilhas ardilosas contra a Caixa vêm sendo adotadas a conta-gotas e sob os mais distintos disfarces. Uma das mais recentes aconteceu há um ano, quando, com base na resolução 2.682/99 do CMN (Conselho Monetário Nacional), o Bacen determinou que as operações de crédito devem ser classificadas de acordo com o risco dos clientes tomadores do empréstimo. Essa resolução, associada às regras do Acordo da Basiléia, provoca desequilíbrio patrimonial na Caixa de R\$ 14 bilhões, obrigando a empresa a provisionar volume alto de recursos em seu balanço.

Tão logo o plano "Trazendo o futuro a valor presente" foi anunciado, com vistas a separar a 'massa velha' da 'nova Caixa', as dúvidas quanto ao destino da empresa povoaram as mentes e os corações de segmentos representativos da sociedade brasileira. Essa preocupação, aliás, está sedimentada no fato de que o de-

senho pensado para a Caixa guarda estreitas semelhanças com o desenho feito para os bancos públicos que foram privatizados, a exemplo do Banespa. O enxugamento da empresa é apenas mais uma faceta perversa de todo esse processo, constituído como um passo para a privatização. Em decorrência disso, ao que tudo indica, as demissões serão inevitáveis. A lógica em questão é a seguinte: tudo que é velho num país moder-

no é dispensável. Números otimistas apontam que a direção da empresa vai engolir pelo menos 12 mil empregados neste ano, como parte de um processo regido pela batuta invisível de um pensamento único, de perfil privatista.

## Defesa da Caixa é um grito parado no ar

O modelo de Caixa que o governo federal projeta para o Brasil é um pouco como a loucura de Don Quixote, um clássico da literatura mundial escrito por Miguel Cervantes Saavedra. Que importa se minha empresa é pública? O que importa, dentro dessa visão tacaña, é a imagem que construí dela - não importa o corpo ou cheiro que tenha. Boa parte da sociedade brasileira, no entanto, não compartilha desse pensamento.

Frente ao desmonte em ritmo acelerado, a defesa da Caixa é um grito parado no ar. Não se trata genericamente de dramas seculares, mas do fardo

da última geração. Dos salários congelados há seis anos, quando a cada acordo coletivo a empresa apresenta proposta de redução dos direitos trabalhistas. Da terceirização desenfreada de serviços (47% do contingente de trabalhadores já são terceirizados), no tempo em que cada vez mais os bancários que entraram na empresa por concurso público estão sendo tratados como peça descartável. Da segmentação de clientes, quando o público tido como indesejado está sendo desviado para as lotéricas e as padarias, como parte do projeto Popbanco. Da norma draconiana RH 008, que já provocou mais de 100 demissões desde que passou a vigorar, em fevereiro do ano passado.

A defesa da Caixa, com certeza, está conectada com a defesa de todo o patrimônio público nacional. O que os une - e os faz símbolos de uma nova safra da boa aventura da cidadania - é o modelo moral: cada qual a seu jeito ocupa um território de luta e anuncia sua recusa em aderir a uma modernidade de consequências sempre e tragicamente conhecidas.

E, afinal, para onde vai a Caixa? Apesar dessa indagação ser cada vez mais difícil de responder, há um grupo grande de pessoas pelo Brasil que dizem não ao desmonte do patrimônio nacional e apostam suas melhores energias contra a inevitabilidade dos processos econômicos e sociais em curso. Joga neste time o movimento dos empregados da Caixa, que acredita que o futuro da empresa precisa ser construído com participação.

Está cada vez mais difícil acreditar na versão

# Um buraco de créditos podres

Caixa é usada pelo governo para comprar carteiras de bancos falidos

**A** Caixa Econômica Federal gastou, nos últimos cinco anos, R\$ 5,5 bilhões, em valores de hoje, para adquirir carteiras imobiliárias de bancos em dificuldade. Pouco menos da metade dessas carteiras foram comprados com recursos do Proer

(Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional). O restante, com recursos próprios da Caixa, especialmente com créditos e títulos junto ao FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais).

Mas o uso de títulos não significa que a Caixa tenha feito um bom negócio. "A compra das carteiras imobiliárias dos bancos em dificuldade funciona mais como injeção de liquidez nessas instituições do que como um instrumento para equacionar



os créditos da Caixa junto ao FCVS", alertava o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) já em 1996.

Para o Dieese, se o governo quisesse mesmo que a Caixa se livrasse de potenciais problemas, como créditos do FCVS, faria um encontro de contas, com o recebimento de parte de moeda, "para melhorar a liquidez e alavancar as operações de créditos com financiamentos de maior rentabilidade".

De outro lado, é difícil saber com certeza se o governo obrigaria a Caixa a comprar essas carteiras se elas gerassem lucro rápido e fácil. Ao contrário, essas operações povoaram a empresa de verdadeiros "micos". Entre os bancos que negociaram suas carteiras, estavam o Econômico, Bamerindus, Banorte, Caixego, Minas Caixa, Baneb, BEC, Bandepe e

Bea. A maior delas, a do Econômico, soma R\$ 1,14 bilhão.

O risco de perder dinheiro nesses contratos é grande. Em recente entrevista, o diretor de Finanças da Caixa, Valdery Albuquerque, afirmou que os contratos de compra previam a responsabilidade dos próprios bancos caso fosse confirmada a má qualidade dos créditos. Mas parte das carteiras pertence a instituições que quebraram. Nesse caso, a Caixa tem que buscar o reembolso dos recursos no Banco Central.

### **Situação patrimonial piorou com as aquisições**

A situação patrimonial da Caixa, desde 1996, piorou com os créditos de baixa rentabilidade, alta inadimplência e prazo de vencimento elevado. A baixa qualidade

das carteiras também obrigou a empresa a provisionar, no balanço do ano passado, R\$ 2,499 bilhões. Agora, com uma medida do governo que permitiu a quitação de dois terços dos contratos pelo FCVS, a provisão baixou para R\$ 800 milhões.

A queda no total provisionado - recursos deixados de reserva para cobrir eventuais rombos - foi possível apenas porque o governo decidiu editar uma medida provisória que garantiu, até o final do ano passado, a quitação de contratos pelo FCVS com até 100% de desconto. A Caixa teve certo alívio, porque 180 mil mutuários resolveram quitar seus contratos, do total de 270 mil com financiamento pelo FCVS.

Mas o repasse dos recursos do fundo à Caixa, pelo Tesouro Nacional, não será feito de imediato. Os títulos do FCVS, que também exigem provisionamento, têm prazo de pagamento de até 20 anos.



A Caixa pretende realizar um encontro de contas para equilibrar seu patrimônio. Não é apenas o problema das carteiras habitacionais que provoca um desequilíbrio nas contas da empresa. Há várias operações de crédito da empresa classificadas como de alto risco, segundo a resolução 2.682, do Conselho Monetário Nacional (CMN). Isso implica no provisionamento de um volume grande de recursos - os R\$ 14 bilhões do balanço de 2000.

O encontro de contas pode acontecer porque a Caixa tem vários créditos a receber do Tesouro Nacional, e não apenas do FCVS. A empresa começou a discutir a solução em março.

As entidades do movimento dos empregados defendem o encontro de contas há muito tempo. Mas essa não é a única solução para que a Caixa deixe de ter problemas patrimoniais que, na maioria das vezes, são provocados por políticas governamentais.



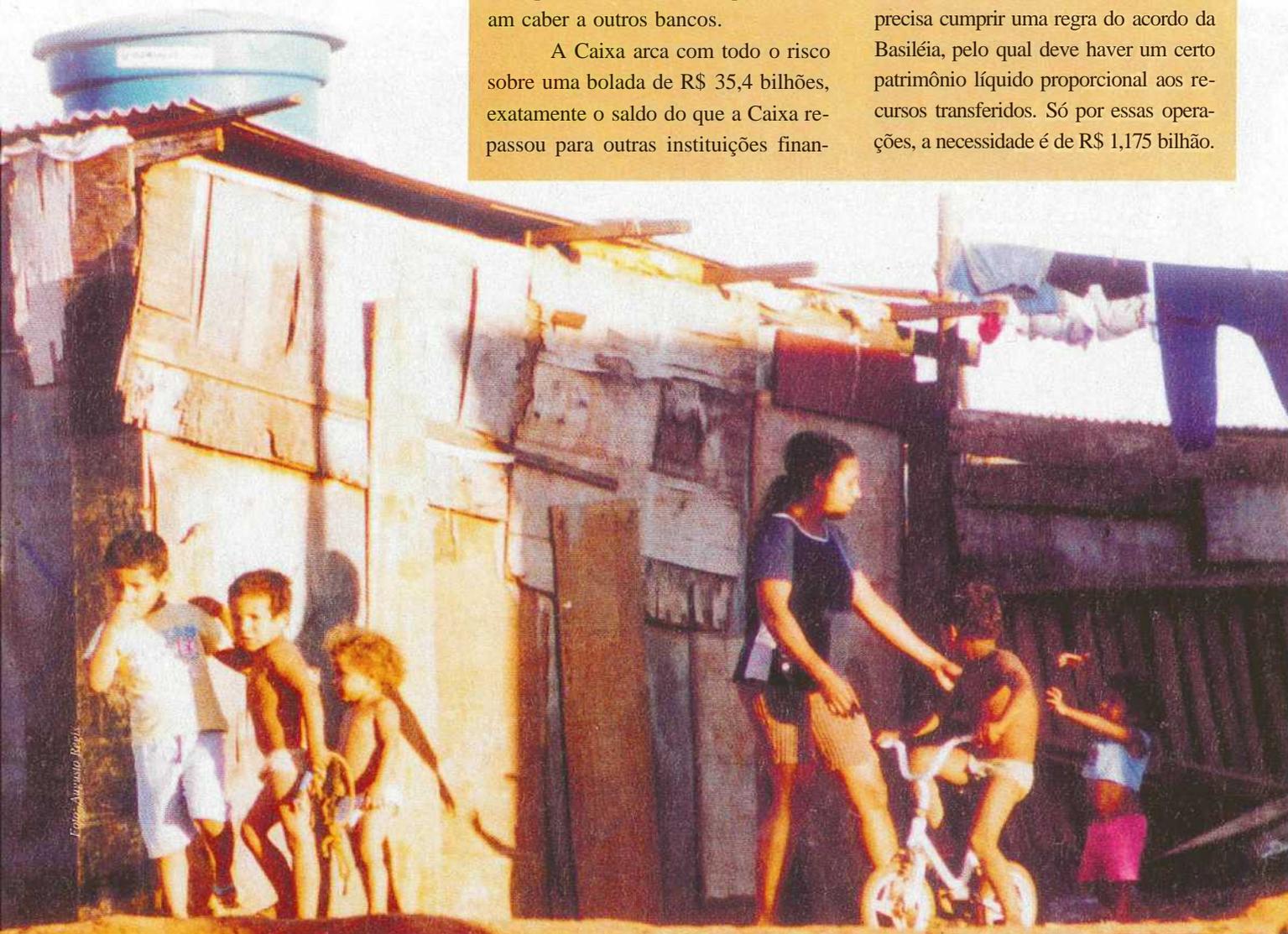
## Tratamento especial

Uma idéia de como os investimentos sociais devem ser tratados de forma especial vem da constatação que a operação do FGTS representa metade das necessidades de R\$ 14 bilhões da Caixa. Mas o papel de agente operador do fundo acaba fazendo com que a empresa assuma riscos que deveriam caber a outros bancos.

A Caixa arca com todo o risco sobre uma bolada de R\$ 35,4 bilhões, exatamente o saldo do que a Caixa repassou para outras instituições finan-

ceiras e companhias de habitação. Isso acontece por força da legislação em vigor. E ajuda a sobrecarregar a necessidade de provisionamento no balanço da empresa, cujos valores já não são muito pequenos.

Além de provisionar recursos para fazer frente a esse risco, a Caixa também precisa cumprir uma regra do acordo da Basileia, pelo qual deve haver um certo patrimônio líquido proporcional aos recursos transferidos. Só por essas operações, a necessidade é de R\$ 1,175 bilhão.



# Corrupção passiva no Congresso Nacional

A estratégia utilizada pelo Planalto para impedir a criação de uma comissão mista parlamentar de inquérito, a fim de apurar a ocorrência de irregularidades na administração pública federal trouxe à tona, novamente, evidências de corrupção passiva na base de sustentação política do governo no Congresso Nacional. Para contrariar a vontade de 84% dos brasileiros e dos parlamentares favoráveis à CPI da Corrupção, o governo FHC liberou mais de R\$ 1 bilhão para contemplar as emendas de deputados e senadores "amigos do rei".

É evidente que esses parlamentares estão agora alardeando pelo Brasil afora a liberação desses recursos para obras e serviços públicos, como fruto de uma suposta grande atuação na Câmara ou no Senado. Num primeiro instante, essa bravata faz sentido, já que a sociedade supostamente estará sendo beneficiada com o investimento bilionário.

Mas por que o governo federal não liberou esses recursos antes de ser pressionado pelos parlamentares opositores e pela opinião pública, que pretendem apurar as acusações mútuas entre senadores e deputados da base governista? Trata-se, na verdade, de um

dispêndio financeiro casuísta e imoral.

Na outra ponta desta imoralidade está a imperativa necessidade de esclarecer publicamente as denúncias de corrupção que envolve o governo FHC. Afinal, esse câncer na vida pública brasileira despeja pelo ralo bilhões e bilhões de reais que deveriam ser usados em benefício do povo deste país, principalmente nos problemas sociais.

Para a sociedade, o custo-benefício entre os recursos das emendas que serão liberados pelo Tesouro e aquilo que é roubado dos cofres públicos é extremamente desfavorável. O Brasil não pode mais conviver com a prática da corrupção, que desmoraliza o país e destrói a autoestima da população.

Pelo andar da carruagem e com as medidas pífias anunciadas pelo governo federal para contrapor a CPI da Corrupção, dificilmente serão esclarecidas as irregularidades nas obras do DNER em todo o país, a suposta compra de votos para a eleição de Jader Barbalho, o possível recebimento de propinas de R\$ 30 milhões para a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, a troca de acusações entre Barbalho e ACM, caso Sudam etc.

Como deputado, resta-me a

esperança de que a sociedade brasileira está se politizando com qualidade e, aos poucos, está afastando do Congresso Nacional nefastos representantes de interesses escusos, que usam o poder como trampolim das maracutaias e das imoralidades. Como retorno, oferecem ao povo o engodo, a miséria, tratando as pessoas, os seres humanos, como idiotas.

Sendo assim, o eleitor brasileiro deve exigir explicações de seus deputados e senadores que se posicionaram contra a CPI da Corrupção. O povo precisa valorizar o seu voto.



João Grandão  
Bancário licenciado, advogado, professor e deputado federal (PT-MS)



Foto: Glenio Deimar

Roberta Marques:  
"Quem dança adquire  
consciência corporal"

O Brasil é palco de uma intrincada teia de palavras, sons, ritmos e canções, dentro da cumplicidade entre o primitivo e o tecnológico

**C**orpos nus, corpos crus, corpos que se substituem e se contorcem. Assim é a dança, considerada a mais antiga das manifestações culturais do gênero humano, capaz de unir - segundo definição do coreógrafo francês Maurice Béjart - "o tempo da música ao gesto no espaço".

Apesar de tamanha elasticidade, ainda tem gente que diz não saber dançar. Talvez isto não passe de um engano. Ninguém precisa ser bailarino clássico ou ficar na ponta do pé para dizer que dança. Basta, isto sim, mexer o corpo ao ritmo de uma boa música. Foi desta maneira que surgiram os diversos estilos existentes hoje no mundo, do clássico ao afro, passando pelo moderno e pelo samba - o ritmo mais popular do Brasil.

A primeira academia de dança no





# ANCA

mundo surgiu na França de 1661, fundada por Luís XIV. A partir daí, com ênfase para o bale, a dança passou a ser vista como arte profissional. No começo, os movimentos se resumiam a uns pequenos passos e gestos nos braços. Mas em 1800, por obra do coreógrafo Blasis, as cinco posições dos pés e as posições dos braços, do corpo e da cabeça viraram sinônimo de bale clássico, criado pelas cortes da Renascença italiana. No caso do Brasil, a influência do balé não tem sido tão marcante. O Festival de Joinville (SC), que existe desde 1983 e ocorre anualmente, vem constituindo-se no espaço ideal para a difusão do balé clássico no país.

Do clássico ao moderno foi um pulo. No início do século 20, a bailarina norte-americana Isadora Duncan foi a precursora da corrente da dança moderna. "A dança moderna se caracteriza por misturar o estilo clássico com o Jazz e o contemporâneo. Trata-se de uma arte mais interpretativa", explica a bailarina brasileira Roberta Marques, fundadora da Companhia de Dança Abalo. Os pri-



O grupo Corpo (MG) é um dos maiores representantes da dança moderna no Brasil

meiros contatos de Marques com a dança foram estabelecidos quando ela tinha dois anos. Hoje, aos 24 anos, a paixão ainda é intensa: "Para mim, dançar alimenta a alma. Quando fico muito tempo sem mexer o corpo por meio da dança, sinto-me inútil".

No quesito dança moderna, o grupo Corpo - criado em 1975 em Belo Horizonte - é um dos cartões postais brasileiros. Cristina Castilho, do setor de marketing e documentação do grupo mi-

neiro, esclarece que o Corpo revela, através de sua arte, os diversos brasis: o passado e o futuro, o erudito e o popular, a herança estrangeira e a local, o urbano e o suburbano, tudo ao mesmo tempo. O último trabalho do grupo, intitulado "O corpo", foi musicado pelo ex-titã Arnaldo Antunes. Trata-se, na opinião de Castilho, de uma intrincada teia de palavras, sons, ritmos e canções, dentro da cumplicidade entre o primitivo e o tecnológico.





## Brasil: palco de danças populares e folclóricas

A dança, aliás, está no centro da subjetividade brasileira. Desde que foi colonizado pela coroa portuguesa, a partir de abril de 1500, o país é palco de um complexo movimento de danças populares e folclóricas. As diversas formas dessas danças no Brasil provêm de três fontes distintas: a indígena, a africana e a européia. Criações artísticas como o bumba-meu-boi, o frevo, o maracatu, o forró, a congada, a lambada, o baião e o coco distribuem-se geograficamente pelo país de acordo com as influências da colonização sofrida por cada região. No Sul, por sua influência nitidamente européia, as danças adquirem caráter particular. Ali o mais comum são a chimarrita, a tirana, o balaio, o queromana e o ril. No Leste, prevalece a influência africana, daí a forte característica do batuque e de seu mais famoso derivado: o samba dos morros. É do samba, aliás, que se origina o carnaval, a festa mais popular do país. No Centro do Brasil, as manifestações mais predominantes são o cateretê, o moçambique e o sarandí. No Norte, que recebeu maior influência indígena, as danças mais comuns são o sairé e o jacundá. No Nordeste, a variedade de ritmos também é grande - o frevo, o baião, o coco e a chula são algumas das pequenas amostras das danças na região.

Mas essa tradição, contudo, nem sempre conta com o apoio do poder público. A coreógrafa Roberta Marques diz que a desvalorização da cultura por parte

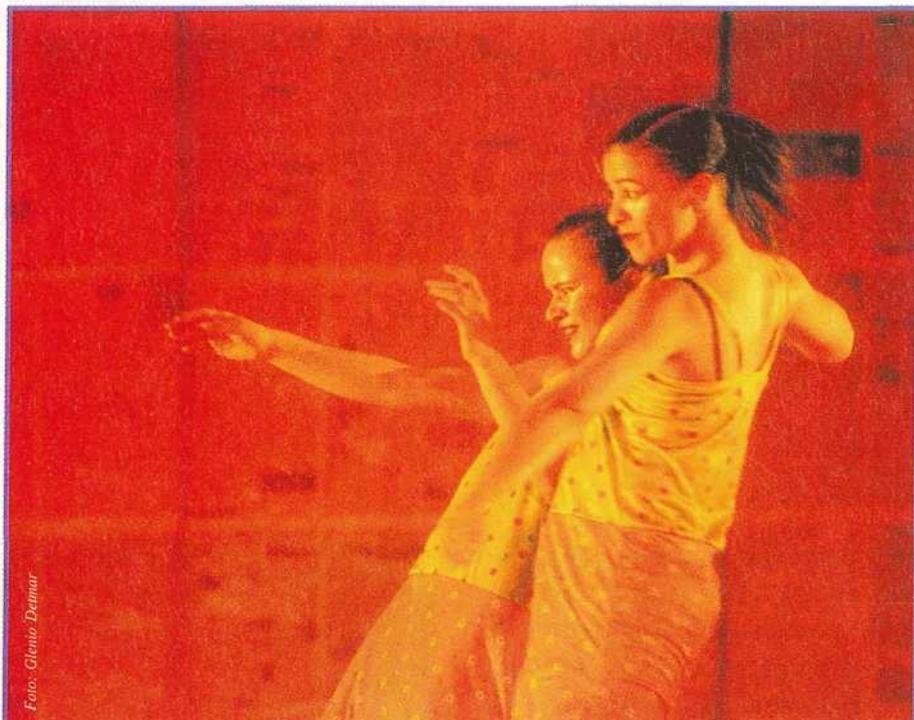


Foto: Glênio Deimar

A falta de verbas impede uma maior difusão da dança em solo brasileiro

das esferas governamentais é cada vez mais evidente. "A falta de verba é um dos empecilhos para a difusão da dança no Brasil. Apesar de remar contra a maré, muitas vezes, o brasileiro tem garra e idealismo para ocupar seu espaço. Isso faz com que muita gente realize trabalho profissional em um país onde a dança não é levada a sério".

Não bastasse a omissão oficial, a mídia também contribui para a dança brasileira viver numa espécie de encruzilhada. Estilos como o Jazz, balé clássico, moderno, dança contemporânea, contato e improvisação, dança-teatro, sapateado, street dança (a dança de rua), dança de salão, flamenco, funk

e axé music estão sendo reduzidos a um valor puramente mercantil. Essa subordinação, muitas vezes, tira a beleza dos diversos ritmos. Para os adeptos, dança tem que ter um início, meio e fim,

estando aí talvez a maior dificuldade para a criação de enredo para um espetáculo. Aos interessados em entrar no embalo da dança, a coreógrafa brasileira Roberta Marques dá a dica para o caminho das pedras: "Não ter preconceito ajuda o aprendiz a testar de tudo. Dança é terapia em qualquer idade, promove a socialização e valoriza a auto-estima. Quem dança, aliás, adquire consciência corporal".

Â dança  
promove a  
socialização  
e valoriza a  
auto-estima



# Instrumentais não se rendem ao confinamento

**A**tirada num gueto pelo mercadão, a música instrumental encontrou abrigo nos pequenos selos. Um dos mais ativos da área, em operação há quatro anos é o paulista Núcleo Contemporâneo fundado pelos músicos Benjamim Taubkin, Teco Cardoso e Mané Silveira que já lançou 19 títulos. Entre eles estão a Orquestra Popular de Câmara, Arrigo Barnabé (Gigante negão), Bonsai Machine, Mozar Terra (Caderno de composições), Gil Jardim, a trilha de "O cineasta da selva" (Teco Cardoso e Caito Marcondes), e os coletivos Viva Garoto, Memória do Piano Brasileiro, Paralelas (Lelo Nazário, Teco Cardoso, Sylvio Mazzuca Jr., Marcos Suzano e Benjamim Taubkin) e Percussões do Brasil (Airto Moreira, Naná Vasconcellos, Djalma Corrêa, Zé Eduardo Nazário, Nenê, João Parahyba). Os lançamentos mais recentes trazem dois duos. Luz das Cordas, do violonista Marco Pereira e o bandolinista Hamilton Holanda, e Caminhos Cruzados, juntando o saxofonista Teco Cardoso e o violonista Ulisses Rocha. Por outro pequeno selo, o carioca Rob Digital, sai um tributo ao mestre violonista Nicanor Teixeira com participação de 28 violonistas, entre eles Turbío Santos, Guinga, Egberto Gismonti, Jodacyl Damasceno, Afonso Machado e Bartolomeu Wiese.

Baiano de Barra, nascido em 1928, Nicanor teve aulas no Rio com



Dilermando Reis, estudou harmonia e aperfeiçoou-se no violão. Apresentou-se em diversos concertos e nas rádios Nacional e Roquete Pinto. Criador de temas para violão entre a sintaxe erudita (Prelúdios 1 e 2, Estudos 2 e 3), o folclore (Romaria de Bom Jesus da Lapa, Cateretê das Farinhas) e a gramática popular (João Benta no Forró, Procissão, Mariqueinha Duas Covas) ele recebe um tributo à altura de seu talento diversificado com destaque para os desempenhos de Guinga (Canção Terna), Turbío Santos e Galo Preto (Carioca 1) mais a dupla de pai & filho Egberto e Alexandre Gismonti. E por falar em duplas chega a ser sobrenatural o entendimento no disco Luz das cordas entre o bandolim de Hamilton de Holanda e o violão de Marco Pereira em faixas intrincadas e suingadas como o clássico 1 X 0 (Pixinguinha) e Lamentos do Morro (Garoto). Mas há mais: belas recriações de outros emblemas como Na Baixa do Sapateiro (Ary Barroso), Quem Giló e O Xote das Meninas (parcerias de Luiz Gonzaga com Humberto Teixeira e Zé Dantas) e um clássico mais recente como o choro seresteiro 50 Anos, de Cristóvão Bastos e Aldir Blanc. Hamilton (Enchendo o Latão, Brasileiro)

e Marco (Seu Tônico na Ladeira, Luz das Cordas, Bate-coxa) também contribuem com suas caligrafias autorais para o ótimo repertório do CD.

Igualmente bem selecionado é o cardápio de Caminhos Cruzados, associando os sopros (flauta em sol e bambu, piccolo, saxes soprano, barítono e alto) de Teco Cardoso e o violão de Ulisses Rocha. O disco pontifica na densidade de temas como Infância (Egberto Gismonti), com um bailado de piccolo e uma escalada de flauta e violão, Caminhos Cruzados (Tom Jobim/ Newton Mendonça), chorado no sax soprano e Retrato em Branco e Preto (Tom Jobim/ Chico Buarque) descortinado por uma introdução rendilhada de Ulisses. O violonista ainda adiciona sua lavra autoral em nada menos de seis (Meio do caminho, Última Hora, Imigrante, Baião Minimal, Laranjeiras, Rebolado) das 10 faixas do esmerado CD, prova de que a música instrumental não se rende (nem se agacha) aos limites estreitos concedidos pelo (hiper)mercado de quinquilharias artísticas que apequena um país tão sonoro.

Tarik de Sousa  
Jornalista

# Heroína de dois continentes

Anita Garibaldi lutou por seus ideais no Brasil e Itália

Uma revolucionária brasileira tem uma estátua em Roma. É Anita Garibaldi, que participou ativamente da Revolução Farroupilha, no sul do Brasil, e também das lutas pela unificação italiana. Em apenas 10 anos, ao lado de Giuseppe Garibaldi, ela defendeu os ideais republicanos em dois continentes.

Anita nasceu em Laguna, Santa Catarina, em 1821. A situação econômica difícil de sua família obrigou-a ao casamento com o sapateiro Manuel Duarte de Aguiar. Mas em 1839, quando a revolta dos republicanos gaúchos atingiu Santa Catarina, ela conheceu Giuseppe Garibaldi e juntou-se a ele para lutar pela República.

Garibaldi veio para o Brasil porque nosso país, à época, era aliado dos Habsburgo, governantes do Império Austro-Húngaro. Como

os Habsburgo dominavam parte da Itália, "lutar contra o império do Brasil era uma extensão da luta pela libertação da Itália", segundo o pesquisador Flávio Aguiar. Professor de Literatura Brasileira da Universidade de São Paulo (USP), Aguiar escreveu o romance "Anita", vencedor do prêmio Jabuti de 2000 da Câmara Brasileira do Livro.

Os republicanos foram perdendo posições nos próximos anos, e Garibaldi voltou-se para a independência uruguaia. No Brasil, sozinha e grávida, Anita foi presa duas vezes antes de reunir-se novamente a seu companheiro em Montevideu. Casados, os dois tiveram quatro filhos.

## Giuseppe e Anita na Itália

A luta pela unificação italiana fez com que o casal revolucionário fosse para a Europa. Ele, em 1847. Ela, um ano depois. Naquele ano, a população romana depôs o Papa, governante da região central italiana na época, e proclamou a República, que teve curta duração. O casal Garibaldi e os republicanos não conseguiram conter o avanço de exércitos europeus que sitiavam Roma, então uma cidade destruída pelos bombardeios. O objetivo era entregar o poder ao rei do Piemonte, Vittorio Emanuele III, que viria a ser o primeiro rei da Itália unificada.

Poucos republicanos conseguiram escapar até Veneza, única cidade que ainda resistia. Mas Anita, segundo conta Aguiar, "já apresentava graves sinais de doença, provavelmente tifo ou malária, contraída na insalubre e bombardeada Roma".

Ela morreu em 1849, com apenas 28 anos, ainda grávida de outro filho.

"Durante muito tempo a bibliografia corrente tratou-a como alguém que se envolveu nestas lutas apenas por amor. Mas é impossível que tal tenacidade, bravura e dedicação se expliquem apenas por amor - embora sem ele muito pouco se explique", diz o professor Aguiar.

Talvez o que conceitue melhor essa brasileira que virou heroína em dois continentes seja a reação de Giuseppe Garibaldi quando a viu chegar a Roma: "Ganhamos mais um soldado".

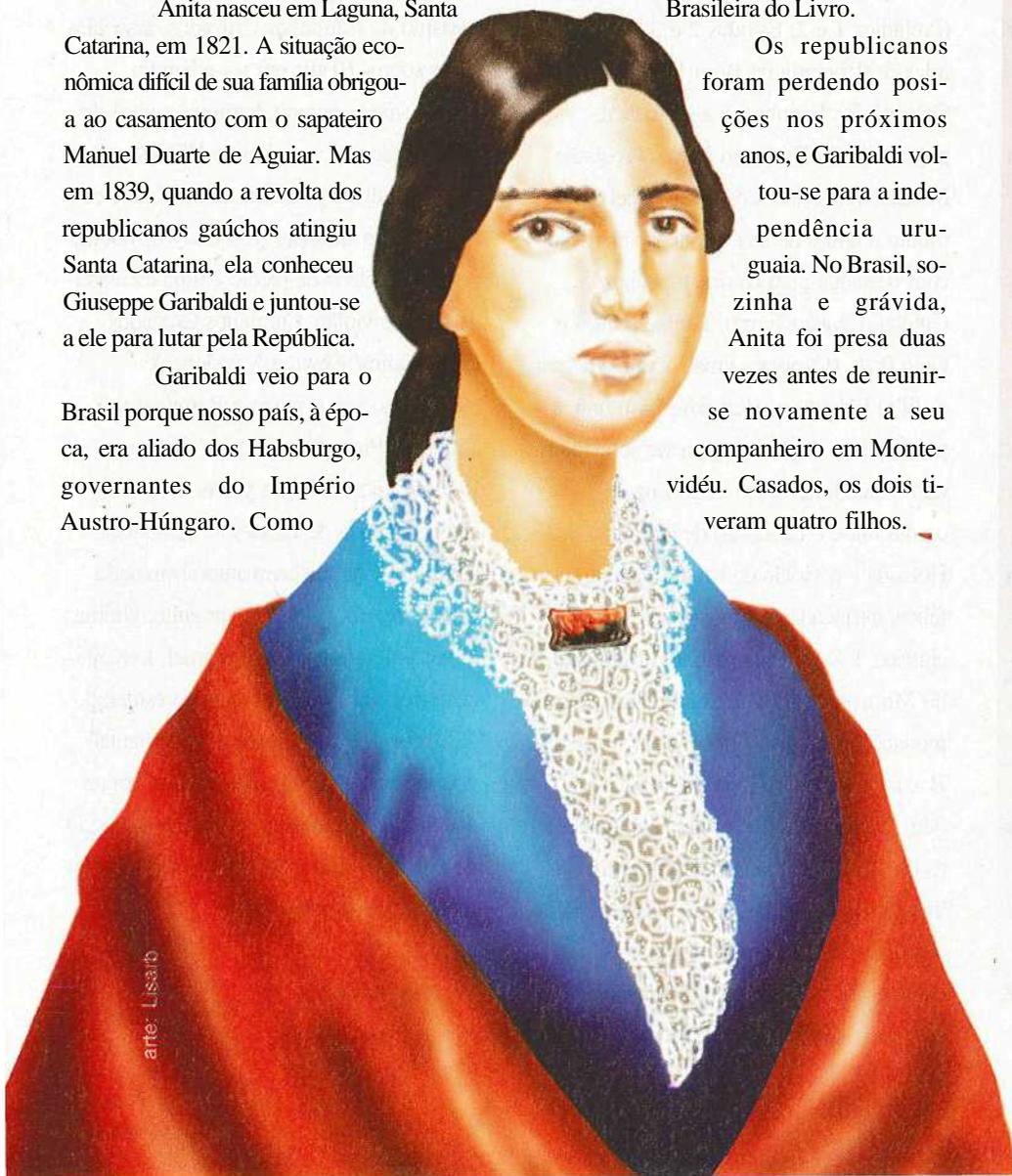




Foto: Sérgio Reis

# País do futebol ou do futsal?

## Hegemonia do futebol de campo está ameaçada

**H**á quem afirme que o futebol de campo já não é mais o esporte predileto do brasileiro. Pode ser um exagero, mas o fato é que o "esporte bretão" (nascido na Inglaterra) já não reina soberano por aqui. No seu calcanhar pela preferência tupiniquim está o futsal, ex-futebol de salão.

A extinção dos campos de várzea, forçada pela valorização imobiliária, é apontada como principal motivo do acirramento dessa concorrência. A CBFS (Confederação Brasileira de Futebol de Salão) considera que esse fator - a falta de espaços nas áreas urbanas - é de fato o responsável pela "febre" do futsal. A entidade afirma que, hoje, esse esporte é "seguramente a recreação e lazer desportivo da preferência de mais de 12 milhões de brasileiros. Sustenta ainda que pesquisas sobre o esporte mais praticado no Brasil já evidenciaram que "o futsal está em primeiro

lugar na preferência nacional".

Além dessa discussão sobre o futsal estar ou não ameaçando deixar o futebol de campo nos chinelos, há ainda uma outra polêmica envolvendo o futebol de quadra. Discute-se o fato de o futsal ser ou não um esporte "genuinamente brasileiro". Para a CBFS e a maioria das federações estaduais, sim. Ele teria surgido nos por volta de 1940, na ACM (Associação Cristã dos Moços). As vozes discordantes saem do Rio Grande do Sul. Para a federação local, o futebol de salão teria sido inventado em 1931, na Associação Cristã dos Moços de Montevideu (Uruguai).

Sendo genuinamente nacional ou não, o Brasil já ostenta o título de pentacampeão mundial nessa modalidade esportiva. E o jogador considerado hoje o melhor do mundo no futebol de salão é Manoel Tobias, do Brasil. O primeiro a ganhar esse título, em 1992, foi também um brasileiro: Jorge Luís da C. Pimentel, conhecido como Jorginho.



Eduardo Gonçalves (Tostão)

## E "show de habilidade"

O tricampeão de 70, Eduardo Gonçalves de Andrade, o Tostão, que foi também um craque das quadras no início da carreira, fala sobre o papel do futsal na formação dos jogadores de futebol de campo e do que mais admira no "esporte da bola pesada".

**FA** - Você concorda com aqueles que dizem que a prática do futsal vem tomando o espaço das peladas dos campos de várzea na formação dos craques do futebol de campo?

**Tostão** - Isso está acontecendo, mas as duas práticas são diferentes e complementares. O menino muito pequeno deveria aprender a jogar futebol nas peladas, nos campos de terra. O futebol de salão viria depois. Talvez, entre os campos de pelada e as categorias de base dos clubes. A aprendizagem do drible curto e rápido do futsal é muito importante para o jogador de campo.

**FA** - O nome "futebol de salão" mudou para futsal. As regras também mudaram. O que você pensa disso?

**Tostão** - Fiquei muito tempo sem acompanhar o futsal. Tomei um susto quando vi as novas regras. Achei que foram ótimas e inovadoras, principalmente a do goleiro poder tornar-se um atacante.

**FA**. Na sua opinião, o que há de mais interessante no futsal?

**Tostão** - A movimentação de todos os jogadores, o que torna o jogo muito dinâmico e emocionante. Também é um show de habilidade. Mais do que no futebol de campo.

# Campos do Jo



Foto: André Abreu

# rdão

O estado de São Paulo abriga um santuário de estilo europeu com certo jeitinho brasileiro



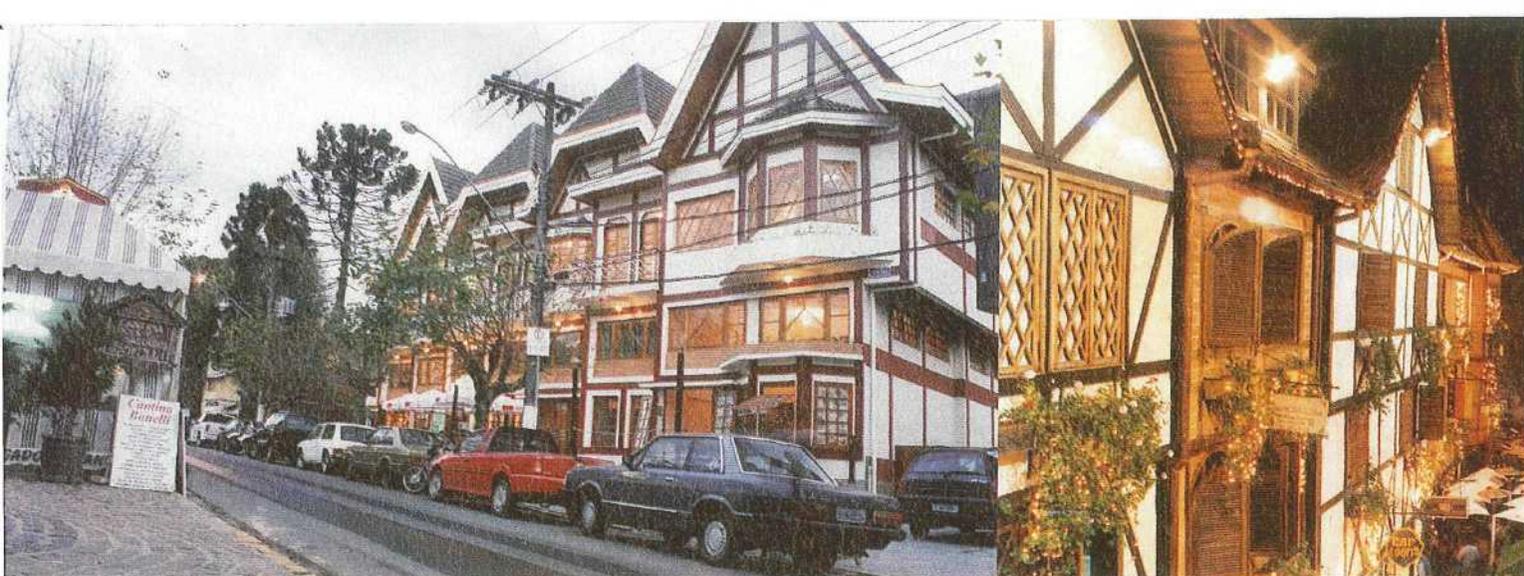
Fica no estado de São Paulo um singular pedaço de Suíça no Brasil. Localizada a 1.700 metros de altitude, em um dos pontos mais bonitos da Serra da Mantiqueira, Campos do Jordão pode ser caracterizada, por um capricho da natureza, como uma das principais cidades de inverno do país. Montanhas emolduradas por muito verde, rios, cachoeiras, grutas, madrugadas frias e cerração matinal fazem parte do cenário. O município também é composto por uma arquitetura que segue o estilo alpino, com seus chalés com lareiras, lojas, hotéis e demais construções exóticas. A 184 quilômetros da capital paulista, Campos de Jordão mais parece outro planeta se comparado a boa parte do restante brasileiro. Tudo ali proporciona ao turista a sensação de estar passeando pela Europa.

As atrações de Campos de Jordão são bastante ecléticas. A começar pela divisão da cidade em três vilas diferentes: Capivari, Jaquaribe e Abernèssia. O turismo responde por quase 80% da economia local. Um dos cartões postais de Campos do Jordão é a combinação do trabalho com o lazer. Ir a Roma sem ver o papa é o mesmo que visitar a "Suíça brasileira" e não conhecer o Horto Florestal (o mais antigo do país), que pos-

sui ampla área verde, trilhas demarcadas, cachoeiras, espaço para piquenique, churrasqueiras, infra-estrutura para atividade física, viveiros de plantas etc. São 8.341 hectares de rara beleza, que podem ser percorridos em seis trilhas, em meio a esquilos, quatis, orquídeas, araucárias, rios e cachoeiras.

A exuberância é uma das maiores características da natureza de Campos de Jordão. Exemplo ilustrativo dessa afirmação é o Parque dos Lagos. Ali as águas são límpidas, podendo o visitante se dar ao luxo de pescar milhares de trutas e salmões. Os passeios de barco a remo também são muito requisitados. A beleza da floresta é uma atração à parte. A mata, por vezes envolta em neblina, desperta uma atmosfera de magia e encantamento.

A paisagem, por outro lado, ainda é pontuada por diversos jardins floridos. O romantismo do parque fica por conta das alamedas de hortências e lâmpioes, com destaque para fontes com figuras esculpidas que se iluminam à noite. As outras opções de passeio são o museu Felícia Leiner, o mosteiro São João/Irmãs Benedictinas, o palácio Boa Vista, o pico do Itapeva, a Ducha de Prata, a gruta dos Crioulos, a Pedra do Baú e o Morro do Elefante.



### O clima de Campos do Jordão é característico das regiões altas

Por se localizar a 1.700 metros acima do nível do mar, o clima de Campos do Jordão é característico das regiões altas. A cidade, aliás, tem fama de possuir um teor de oxigenação e ozona superior a Davos Platz (Alpes suíços) e a Chamonix (estância francesa). Motivo: pureza do ar. No inverno, quando a temperatura cai até cinco graus negativos, a luminosidade atinge o seu apogeu. O seu clima tropical de montanha faz com que o sol esteja presente praticamente o ano todo. O mês mais frio é junho e o mais quente, fevereiro. Chove mais em janeiro e a secura castiga mais durante o período de junho. Agosto, por sua vez, é o mês em que o sol aparece com maior intensidade.

A topografia do município é bastante acentuada. Perto de 85% da cidade de Campos do Jordão é composta de regiões onduladas. O restante do território se divide em encostas de serra e áreas escarpadas. Sua silhueta serrana já foi cantada em versos e prosas por poetas como Menotti Del Pichia. A região também é

possuidora do ponto ferroviário mais alto do Brasil. Detalhe curioso: a estação ferroviária de Campos do Jordão é a única do país que funciona por sistema de simples aderência, sem cremalheiras (barra dentada sobre a qual trabalha uma engrenagem que serve para transformar movimento retilíneo em circular).

A Vila de São Matheus do Imbiri, fundada em 29 de abril de 1874, é o berço da cidade de Campos do Jordão. A criação do município data de junho de 1934. Até atingir esse status, o percurso foi longo e cheio de aventuras. O sertanista Gaspar Vaz da Cunha foi o pioneiro na chegada à região. Isto aconteceu no ano de 1708. De carona nessas pegadas, em visita à Serra da Mantigueira por volta de 1771, Ignácio Caetano Vieira de Carvalho foi o primeiro a fixar residência no território hoje conhecido como Campos do Jordão.

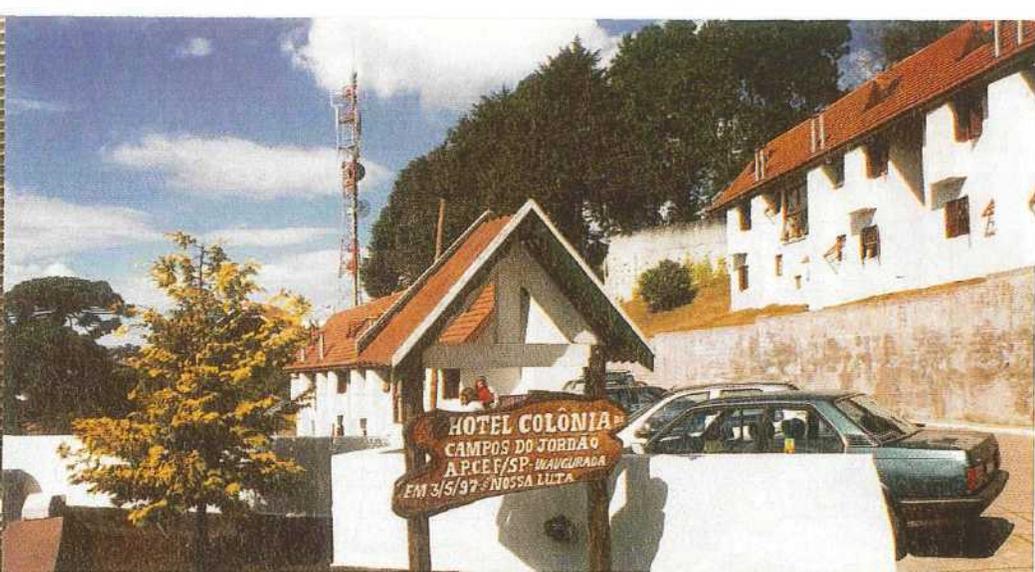
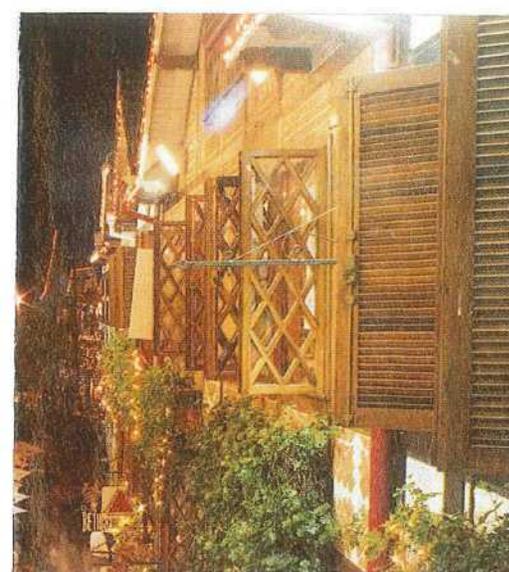
Um dos maiores exemplos da vocação musical de Campos do Jordão é o festival de inverno. Esse evento, considerado hoje o mais importante festival de música erudita do país, se realiza todos os anos entre junho e julho e reúne algumas das principais orquestras sinfônicas

do Brasil e do exterior. Os concertos acontecem no auditório Cláudio Santoro, vizinho ao museu Felícia Leirner, onde estão expostas esculturas ao ar livre.

Outras modalidades de festivais são o de músicas carnavalescas, o de folclore, o de dança e o de doces. Em setembro, os amantes do fondue (originário da culinária suíça) se deliciam com um festival particular, que no ano passado chegou a sua quinta edição. Para a criançada, no entanto, a atração preferida é o passeio no teleférico, com capacidade para transportar até 600 pessoas por hora. O teleférico liga dois importantes pontos turísticos da cidade: o bairro do Capivari e o Morro do Elefante.

### O estilo é europeu, mas o jeitinho é brasileiro

Há ainda muitas outras singularidades. A malharia de Campos do Jordão, por exemplo, é conhecida no mundo inteiro por seu padrão de ótima qualidade. O chocolate caseiro, os doces e as compotas também são bastante apreciados. Reside aí uma das provas sucintas de que os caminhos que levam



o turista a Campos do Jordão são multifacetados. Para quem quer deixar a muvuca dos grandes centros urbanos, a cidade oferece boas opções gastronômicas e alguns bares animados. No quesito culinário, há de tudo um pouco: trutas, salmões, fondues e chocolate quente. A cozinha especializada da região fica por conta dos sabores japoneses, franceses, alemães e italianos.

Campos do Jordão oferece programas ecológicos para os mais variados gostos. A gruta dos Crioulos, cercada de verde, já abrigou escravos foragidos. Os mais aventureiros podem encarar uma escalada na Pedra do Baú, entre a "Suíça brasileira" e o município de São Bento do Sapucaí. Atrativo grande também desperta o Morro do Elefante, com seu majestoso pôr-do-sol.

Pelo sim e pelo não, a cidade de Campos do Jordão é recomendada para gente de todas as idades. O frio, para quem gosta, é o seu maior charme. E, de quebra, o município define-se como um santuário de estilo europeu com jeitinho brasileiro.

## Conforto e sofisticação

Se a natureza e o frio são dois dos principais temperos de Campos do Jordão, o Hotel Colônia mantido na região pela Associação do Pessoal da Caixa em São Paulo (Apcef-SP) é sinônimo de conforto, comodidade e sofisticação para os empregados da Caixa em todo o país. São 40 apartamentos construídos com muito requinte. Julho é o período de alta temporada.

No Hotel Colônia da Apcef-SP, os hóspedes podem se divertir nas piscinas aquecidas, na sauna, no parque infantil, no salão de jogos, no bar e no restaurante. E preço, nesse caso, não é problema para os empregados e suas famílias. Associados das Apcef e seus dependentes de 12 a 17 anos pagam diária de R\$ 33,00 por pessoa, o que inclui café da manhã, almoço e jantar. Para filho solteiro de associado que tenha entre 18 e 21 anos, a diária é de R\$ 37,00. Os dependentes de sete a 11 anos desembolsam o valor de R\$ 20,00 por dia. Já os dependentes até seis anos estão isentos.

Até convidados de associados podem se hospedar no Hotel Colônia de Cam-

pos do Jordão. Aos que estão acima de 12 anos, a diária cobrada é de R\$ 52,00.

Os convidados entre sete e 11 anos pagam diária de R\$ 33,00. De quatro a seis anos, a despesa é de R\$ 20,00. Os convidados isentos estão na faixa de até três anos. Detalhe importante: os convidados, no entanto, só podem se hospedar acompanhados do sócio.

Muitas são as vantagens oferecidas pelo Hotel Colônia da Apcef-SP. O descanso é a principal delas. Quando estiver por lá hospedado, o associado não deve se preocupar com absolutamente nada. As diárias incluem três refeições, serviço de camareira, roupas de cama e de banho. Os apartamentos possuem lareira, TV por satélite e frigobar.

*A Colônia fica na rua 2 (travessa da avenida dr. Adhemar de Barros), 205 - Bairro Bela Vista. Reservas e informações pelos telefones: (12) 262-1431 ou 262-7107 e-mail: camposdojordao@apcefsp.org.br.*

No Hotel Colônia da Apcef-SP, o requinte é o maior tempero

A TERCEIRIZAÇÃO É PÉSSIMA PORQUE SUBSTITUI PROFISSIONAIS EXPERIENTES,  
COM AMOR PELA EMPRESA, POR PESSOAS SEM VÍNCULO E MENOS QUALIFICADAS!



**...TERCEIRIZARAM  
O GOVERNO!!!**



Nas grandes parcerias a gente descobre a força que tem.



Quando todos se unem em torno do mesmo propósito, tudo é mais rápido e eficaz. Com empresas não é diferente. As melhores e mais duradouras parcerias são aquelas que consideram sua estratégia inicial perfeitamente adaptável às necessidades do mercado. A CAIXA, a FENAE Corretora de Seguros e a CAIXA Seguros sempre somaram esforços para oferecer produtos cada vez mais ágeis e competitivos. Juntas, cuidam da comercialização e prestação de serviços especializados nos diversos segmentos de seguros, para proteção e garantia do patrimônio e vida de seus clientes. Com a mesma marca de parceria, modernidade e evolução. Da próxima vez que for escolher uma empresa de seguros, reforce a sua escolha: fique com três.

**FENAE CAIXA | SEGUROS**

CORRETORA DE SEGUROS



# FENAETUR

Sua viagem na melhor companhia

## Ficou mais fácil viajar

Formas de pagamento  
5X sem juros

### Florianópolis

Hotel Canasvieiras Praia

Saída de:	Valor *R\$
Belo Horizonte	770,00
Brasília	815,00
Curitiba	542,00
Goiânia	824,00
Porto Alegre	583,00
Rio de Janeiro	733,00
Salvador	961,00
São Paulo	646,00
Recife	1.053,00

### Fortaleza

Hotel Magna Praia

Saída de:	Valor *R\$
Belo Horizonte	877,00
Brasília	776,00
Curitiba	985,00
Goiânia	837,00
Porto Alegre	1.053,00
Rio de Janeiro	917,00
Salvador	721,00
São Paulo	891,00
Recife	556,00

### Ilhéus

Hotel praia do sol

Saída de:	Valor *R\$
Belo Horizonte	613,00
Brasília	716,00
Curitiba	906,00
Goiânia	767,00
Porto Alegre	914,00
Rio de Janeiro	678,00
Salvador	458,00
São Paulo	685,00
Recife	644,00

### Maceió

Hotel Ritz Praia

Saída de:	Valor *R\$
Belo Horizonte	671,00
Brasília	676,00
Curitiba	847,00
Goiânia	730,00
Porto Alegre	927,00
Rio de Janeiro	736,00
Salvador	459,00
São Paulo	791,00
Recife	367,00

### Natal

Hotel Ocean View

Saída de:	Valor *R\$
Belo Horizonte	840,00
Brasília	819,00
Curitiba	956,00
Goiânia	859,00
Porto Alegre	1.031,00
Rio de Janeiro	852,00
Salvador	665,00
São Paulo	920,00
Recife	439,00

### Porto Seguro

Hotel Porto Firme

Saída de:	Valor *R\$
Belo Horizonte	456,00
Brasília	620,00
Curitiba	638,00
Goiânia	670,00
Porto Alegre	765,00
Rio de Janeiro	535,00
Salvador	389,00
São Paulo	552,00
Recife	562,00

### Recife

Hotel Recife Praia

Saída de:	Valor *R\$
Belo Horizonte	855,00
Brasília	817,00
Curitiba	979,00
Goiânia	873,00
Porto Alegre	1.052,00
Rio de Janeiro	766,00
Salvador	613,00
São Paulo	867,00

### Rio de Janeiro

Hotel Lancaster Othon

Saída de:	Valor *R\$
Belo Horizonte	726,00
Brasília	855,00
Curitiba	824,00
Goiânia	889,00
Porto Alegre	929,00
Recife	1.059,00
Salvador	936,00
São Paulo	726,00

### Os pacotes incluem

- Passagens aéreas ida/volta Transbrasil 07 noites de hospedagem com café
- Translados aeroporto/hotel/aero- porto+city
- Seguro de viagem+bolsa
- Preço por pessoa em apto DBL, válidos para saídas 1/3/01 à 30/6/01
- Sujeitos a reajustes sem prévio aviso e disponibilidade. (Execeto Feriados)

Fenaetur Viagens e Turismo Ltda, SHS Qd. 01 lojas 46/47 - Galeria Hotel Nacional - Brasília-DF

Telefone: (61) 321-4460/321-4830 Tool-Free: 0800-614050 E-mail: Fenaetur@fenaetur.org.br